

**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2018**

Aos 21 dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito pelas nove horas e trinta e quatro minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 4ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos e Tânia Gil da Rocha Lemos.

**A – PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista:**

Ana Maria Sousa de Lima Borges, Anastácia Maria Escórcio Fins, Artur da Câmara Machado, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Francisco Luís Vieira Toste, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, José Fraga Ferreira Machado, José Machado Ferreira dos Santos, Luísa Maria Vieira Aguiar, Marco Paulo Vieira Alves, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

**Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:**

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata:**

António Francisco Montalto Cambim, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Guilherme Duarte Brasil, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Rómulo de Ficher Correia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

**Grupo Municipal do CDS-PP:**

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

**Câmara Municipal:**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Marcos Duarte Machado do Couto, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira.

*Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade.*

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

**Município João Medeiros** – Muito bom dia. Cumprimento o senhor presidente da Assembleia Municipal doutor Ricardo Barros, o executivo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, os senhores deputados eleitos, os senhores presidentes das juntas de freguesia e o público aqui presente.

O me traz cá é o foco de poluição da baía de Angra, um assunto deveras importante para a nossa cidade que, infelizmente, correu mal este verão porque a Câmara Municipal não atuou de forma preventiva.

Temos, desde há vários anos, um problema estrutural no saneamento básico da cidade que não é da responsabilidade deste executivo camarário. Existe no Porto das Pipas um esgoto a céu aberto sem qualquer controlo em termos de tratamento e contenção de sólidos e um outro ponto de descarga ali na Prainha.

No dia 12 de agosto houve uma grande descarga que transformou a baía de Angra numa autêntica fossa a céu aberto, outras descargas se repetiram nos dias 22 e 23 desse mês e também no dia 6 de setembro e a Câmara Municipal deveria ter atuado de forma preventiva para evitar que tal acontecesse.

Tenho aqui um documento respeitante ao perfil das águas balneares da zona da Prainha que foi elaborado no dia 5 de maio pela Direção Regional dos Assuntos do Mar e diz o seguinte: «*Medidas de gestão em caso de ocorrência de episódios de poluição de curta duração: fechar a Prainha.*» Se faltar a luz, a Prainha tem que ser fechada. Se as máquinas avariarem e os dois tanques de receção de esgotos encherem, o derrame tem que ser feito para algum lado e vai lá para fora. Neste caso, a Prainha tem que ser interdita por 72 horas e só será reaberta perante os resultados das análises das águas. Se a Câmara tivesse atuado de forma preventiva com o hastear da bandeira vermelha, teríamos resolvido toda esta questão. Sempre que chover, faltar a luz ou as máquinas avariarem, os esgotos serão derramados para a baía de Angra.

Aquela estação que está a ser construída ao lado da praça de touros vai atenuar mas não resolverá o problema. Temos que agir de forma preventiva para evitar que esta situação se repita e os técnicos da Câmara terão que arranjar uma solução para que não seja enviado para o mar, sequer um pingão de esgoto ou sólidos.

Como toda a gente sabe, temos aqui um crime ambiental. Somos multados se deixarmos um papel ou plástico na rua e ao mesmo tempo descarregamos toneladas de plástico no mar e não há problema nenhum. Pelo que vejo, é legal que uma cidade deixe os seus esgotos correrem para o mar em caso de emergência mas há sempre uma solução para tudo e tem que haver ali uma malha de contenção de sólidos.

Vão decorrer amanhã na Prainha os jogos intermunicipais; ainda não li em lado nenhum qualquer informação de que os mesmos tenham sido cancelados e a areia da Prainha está um lodo. A areia é composta por inertes e pelas cascas de animais marinhos; é isso que forma a areia e só vemos ali matéria orgânica e fezes. Ainda ontem lá passei e vi fezes na areia. Neste preciso momento as pessoas estão lá deitadas a tomarem banho com fezes ao lado da toalha.

Gostaria que a Câmara me esclarecesse a respeito da seguinte situação: fizemos um parque de estacionamento no Bailão com cerca de 20 mil m<sup>2</sup> e acho que não existe ali um único tanque de contenção de sólidos, a não ser que a Câmara me informe do contrário. Quando chove, aqueles hidrocarbonetos, beatas, plásticos, seringas e tudo o mais que caiba nos intervalos de 3 ou 4 centímetros do ferro daquelas sarjetas vai parar à Prainha e o que se vê é uma mancha enorme à tona da água naquela baía na zona do Clube Náutico. A maior parte das pessoas que se encontram aqui sentadas não sabe que as beatas atiradas para as sarjetas vão diretamente para o mar sem que sejam sujeitas a qualquer tipo de tratamento.

Não sei como é que as pessoas ainda vão para ali tomar banho. O acesso à Prainha deve ser interdito e a praia só deverá reabrir para banhos quando não se verificar o derrame de uma só pinga de esgotos no mar e aquela areia for toda reposta porque está cheia de lodo, metais pesados, beatas e cinzas.

**Sr. presidente da Câmara** – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhores membros da Câmara e Exmo. público. A resposta às questões que aqui foram colocadas é complexa mas vou tentar dá-la nos dez minutos de tempo de que disponho.

Se a Prainha está própria para banhos? Está. As análises foram feitas ao longo de toda a época balnear e não aconteceu ali nada de diferente em relação a anos anteriores. Foi feita uma análise especial à água que estava a sair durante uma chuvada e verificou-se que não estava em condições para banhos mas foi feita uma outra análise 72 horas depois e a água apresentava uma qualidade excelente.

Não há nenhuma razão para se dizer que a Prainha não está em condições de ser utilizada. No que respeita à presença de material na areia, o assunto é investigado, o responsável pelas zonas balneares todos os dias lá passa e até agora não temos nenhum reporte sobre nenhum material estranho, a não ser o que o mar arroja.

Desde o dia 23 de agosto não há rejeição de esgoto bruto para o mar. Houve uma saída de esgoto pluvial no dia 6 de setembro, como o senhor João Medeiros acabou de referir, e tem a ver com as beatas e outros detritos que se encontram nas sarjetas. A última vez que a descarga de emergência atuou foi no dia 22. Choveu nesse dia e tentámos evitar descargas com a colocação de duas bombas a funcionar. A sobrepressão criada na conduta levou à rotura de uma tubagem nas proximidades do hotel Angra Marina que foi reparada nessa noite e ensaiada na manhã seguinte. Na noite de 22 para 23 houve descarga para o mar na zona do Castelinho e no dia 6 de setembro saiu água apenas dos pluviais da zona baixa da cidade. A não ser que alguém o tenha feito lá diretamente, não pode haver fezes porque sabemos quais os sistemas que funcionam na baía de Angra.

Guiamo-nos pelo que está legislado pelo Decreto Legislativo Regional 16/2011/A de 30 de maio que estabelece claramente o que é uma poluição de curta duração como aconteceu ali; consta nas definições, artigo 3º, alínea) ccc. O assunto é depois continuado no artigo 4º que diz o que é uma zona balnear e o artigo 26º fala das amostras e da maneira como devem ser interpretadas. Se alguém quiser, posso fornecer uma cópia do decreto que também pode circular pela sala.

Quando o senhor João Medeiros referiu «Bailão», creio que estivesse a falar do parque de estacionamento do Relvão. O Bailão vai desaguar no Fanal, uma zona que também terá interesse balnear a partir do ano que vem. O Relvão, assim como toda a zona baixa da cidade, desagua na baía. Quem acompanhou o desenrolar da obra deve ter assistido à construção das fossas no último patamar, a parte mais intensa daquela zona. A infiltração é feita ali, existe uma saída de emergência na hipótese daquilo encher e quando exceder a capacidade de infiltração a água tem que correr para o mar.

O senhor João Medeiros fez muito bem em falar das sarjetas que são sifonadas com um pequeno tanque de água para evitar os cheiros. Essa água fica parada e suja durante vários meses, quando chove vai parar ao mar e é assim desde há muitos anos.

Nos anos 90 alguém me lembrou a respeito desta matéria que foi levantada por mim nesta casa e foi objeto de diversos artigos que escrevi e foram publicados nessa altura. Esta questão, que conheço desde há muitos anos, levou a que uma das prioridades de ação do município mal aqui cheguei, fosse a resolução do problema estrutural que não resultou de má vontade dos executivos anteriores. Não foi possível concretizar o que constava do projeto, que era uma estação elevatória por debaixo do Pátio da Alfândega, foi preciso deslocalizar para um cantinho

onde não havia espaço para os tanques de compensação adequados, e foram construídos uns tanques minúsculos de 7 m<sup>3</sup> que não servem os objetivos.

Estamos com uma obra em curso que retirará 70% do esgoto da zona baixa da cidade mas terá uma consequência no que diz respeito ao funcionamento da descarga de emergência e está a ser preparado um plano de atuação no perfil de praia que seguimos rigorosamente.

Quanto à realização dos jogos na Prainha, foi feita uma análise e uma contra análise e a água está excelente. Não houve mais descargas desde o dia da análise, por isso não há nenhuma razão para se dizer que a Prainha não tem condições. Guiámo-nos pelas análises e por aquilo que está tecnicamente determinado e os jogos decorrerão normalmente.

Agradeço a intervenção do senhor João Medeiros e lamento que ele não tenha vindo mais cedo falar comigo ou com a Câmara porque estamos sempre de porta aberta e o meu número de telefone é conhecido de toda a gente, mas cada um fala quando entende porque vivemos numa terra de gente livre.

**Sr. presidente da Mesa** – Tem a palavra a senhora Paula Alves que pediu para falar sobre o horário da Assembleia, os caixotes do lixo no pontão da marina e as árvores da rua da Boavista.

**Munícipe Paula Alves** – Muito bom dia a todos. Vivo na rua do Conde em Santa Luzia. Não sei se conhecem a zona mas a ladeira da rua do Pau São que me dá acesso à baixa da cidade é extremamente íngreme e está em péssimas condições. Ando sempre de sapatilhas e de sapatos baixos, já lá escorrei quatro vezes, é um martírio descê-la sempre que chove ou faz muito vento e tem dias que preciso de me apoiar numa bengala.

Já escrevi uma carta para a Câmara e disseram-me que procurasse um percurso alternativo. Ora, o percurso alternativo seria a subida da ladeira que liga ao bairro de Santa Luzia para depois descer a Canada Nova pelos semáforos ao pé do Centro Cultural e de Congressos, algo ainda mais difícil especialmente nos dias de chuva, e que demoraria mais cerca de 20 minutos.

Tenho que percorrer aquela ladeira diariamente para o trabalho e corro o risco de cair. Já várias pessoas escorregaram ali e uma idosa acabou por partir uma perna. O passeio é minúsculo, a ladeira é muito estreita e está em péssimas condições e os moradores merecem que seja ali feita alguma intervenção para que a sua segurança seja salvaguardada. Estou bastante preocupada porque já me magoei ali várias vezes e temo que um dia aconteça algo ainda pior. A Miragaia é outra ratoeira e não faz sentido subir uma ladeira e descer outra para se chegar à baixa da cidade.

A minha segunda intervenção tem a ver com a realização da Assembleia Municipal que decorre em horário laboral e mesmo que a população se mostrasse interessada em participar teria que tirar um dia de férias como fiz hoje. Não sei quais as alternativas e se existe algum endereço de *e-mail* ou outro meio de comunicação para que as pessoas possam expor as suas ideias e assim terem as suas questões atendidas.

Gosto muito da nossa cidade, adoro passear e cada vez que circulo pelo pontão da marina verifico que não existe lá um único caixote de lixo. Todos sabemos que as pessoas são porquinhas e até ignoram os recipientes, agora imagine-se o que são capazes de fazer quanto os mesmos não existem. Tem dias que aquilo fica parecido com a Prainha.

Foi abatida uma amoreira bastante antiga na rua da Boavista e parece-me que as outras duas que ainda lá estão acabarão por ser também cortadas. O plantio de mais algumas árvores naquela rua parece-me relativamente fácil porque ficam ali bem, não prejudicam ninguém e fazem sombra no verão.

**Sr. presidente da Mesa** – Muito obrigado pela sua intervenção. Desde que sou presidente da Assembleia, por ano era feita uma sessão numa freguesia do nosso concelho. Por norma, as reuniões decorriam à noite para que os munícipes pudessem estar presentes mas a assistência

era diminuta ou praticamente nula nalguns casos porque as sessões se prolongavam pela noite adentro. Percebo a sua preocupação e fica o registo mas não é fácil encontrar uma solução que sirva todos os munícipes.

**Sr. presidente da Câmara** – Gostaria de informar a senhora Paula que a Câmara mantém um endereço de *e-mail*, o «My Angra» e uma aplicação chamada «Na minha rua». Através destes meios, qualquer pessoa pode dirigir-se a nós de forma gratuita e colocar as suas dúvidas e questões. Além disso, atendemos os telefones e todos os que queiram falar connosco aqui na Câmara ou na rua quando nos encontramos. Peço-lhe que fique à vontade e entre em contacto sempre que tiver algo para nos dizer.

Quanto às restantes questões colocadas pela senhora Paula Alves, a rua do Pau São tal como a rua da Miragaia, são problemáticas. Recentemente fiquei numa situação complicada onde não consegui avançar com o carro e tive que o deixar descer no meio do trânsito na rua da Miragaia.

O projeto já está feito e está a decorrer o processo para se proceder à repavimentação dessas ruas. Há questões complicadas de resolver mesmo com calçada nova mas vai-se melhorar significativamente a situação. Esta é uma preocupação que todos sentimos e eu partilho e quem anda nesta cidade sabe que as ruas mais inclinadas em calçada de há muitos anos são problemáticas para quem circula a pé e também para as viaturas.

Apesar de serem de pouca monta, a rua da Miragaia tem mais acidentes que o resto da cidade e é um dos pontos negros que mais precisa de urgente resolução. A rua do Pau São não tem tantos acidentes de automóvel porque tem muito menos trânsito e estamos a trabalhar no sentido de substituir o pavimento nestas zonas.

A zona do pontão da marina é gerida pela «Portos dos Açores» mas vamo-nos empenhar no sentido de resolver isso; se for preciso, oferecemos os contentores de lixo ou papeleiras que lá faltam.

Retirámos a árvore mais alta da rua da Boavista porque corria o risco de cair num dia de vento e retiraremos mais duas nas próximas semanas porque se encontram podres e colocam em risco quem lá passa. Já foram adquiridas novas árvores iguais às que lá estão e serão replantadas logo que seja tecnicamente adequado.

Está em curso um processo de reformulação do Alto das Covas onde se encontram várias árvores quase mortas devido a uma lagarta que lhes comeu a casca. Como são árvores de pequeno porte, não oferecem grande risco a quem por lá passa mas também não estão seguras e são esteticamente desadequadas porque a maior parte dos ramos está podre e possuem apenas três ou quatro folhinhas aqui e ali.

O redesenho do Alto das Covas apresenta alguma complexidade devido ao trânsito, razão pela qual ainda não o aprovámos, mas estamos a trabalhar rapidamente. O processo implicará o arranque de algumas árvores e a sua substituição por outras novas porque aquelas estão muito doentes e num avançado estado de degradação.

## **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Luís Brasil** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas da Assembleia. O PSD está incrédulo com tudo o que aconteceu este verão na Prainha. Pelo acompanhamento da situação levado a cabo pelos nossos vereadores, encontrámos de facto alguns, mas foram poucos os aspetos em que a Câmara poderia eventualmente ter alguma justificação para o desastre em termos do acesso à Prainha e da contaminação da baía de Angra.

De acordo com a intervenção do senhor presidente da Câmara, parece que não apareceu mais nada na baía além da água da chuva. Parece que os cotonetes, as pedras esbranquiçadas que cheiram bem, os pensos higiénicos e as seringas, são chuva. Tudo são águas pluviais.

Estamos a assistir mais uma vez da parte do senhor presidente a um processo de negação. Como presidente da Câmara, a sua intervenção é uma aberração e é muito preocupante porque as pessoas viram empiricamente. Eu fui pessoalmente à baía de Angra constatar tudo o que foi aqui identificado pelo cidadão João Medeiros nos 12, 22 e 23 de agosto e 6 de setembro e a Câmara continua a falar de águas pluviais quando houve muito mais do que isso. Se tivessem sido apenas águas pluviais, teria havido aceitação em vez de polémica, senhor presidente.

O senhor, esta Câmara e o PS - que governa esta Câmara há mais de duas décadas - não querem assumir que tiveram tempo mais do que suficiente para intervir definitivamente na correção do problema da baía de Angra em vez de falarem constantemente do passado. O senhor levou isto para este ponto, este processo de negação não pode continuar e alguém tem que assumir responsabilidades.

Após o enorme despejo do dia 6, que foi filmado e fotografado, muita gente viu a mancha na Prainha. Respondeu-se com análises, com a intervenção de técnicos especializados e chamou-se a RTP Açores dizendo que tudo desapareceria em dois ou três dias, mas o que se viu a flutuar na Prainha flutuou também ao largo das baías da Salga e dos Salgueiros. Fui contactado por elementos de empresas de animação turística que me informaram que cancelaram as suas atividades quando lá chegaram e foram confrontados com o embaraço das tais pedras brancas que ninguém sabe o que são mas todos sabemos o que são.

Se a única justificação é a obra que estão a fazer, a Câmara deveria ter tido a capacidade de assumir que as descargas eram inevitáveis e que, em momentos cruciais, não podia adiar a retirada da bandeira azul, não deveria manter a bandeira verde e deveria ter avisado as pessoas. Com base em análises credíveis, aí sim, a Câmara teria repostado as bandeiras e mantido as pessoas devidamente informadas.

Tudo correu muito mal do ponto de vista da comunicação e da gestão, toda a gente viu o que se passou e fugiu da Prainha. As únicas pessoas que lá ficaram não eram de cá e estavam desinformadas a respeito do que se estava a passar com aquelas águas. Perante essa lição da população o senhor deveria ter ido ver quem estava a frequentar a Prainha mas preferiu dizer que não se tratava de lixo. Não se retirou a bandeira azul, depois veio o «Color Fest», coloca-se a bandeira verde e andamos aqui a brincar com a saúde pública.

O senhor está nesta Câmara há seis anos. Houve tempo para definirem os vossos orçamentos e procederem a intervenções corretas para resolverem tecnicamente o problema da baía de Angra e do Fanal, do qual falaremos daqui a pouco. Não é desculpável que o senhor esteja sempre a falar das ações dos mandatos anteriores quando o seu partido já cá está há 20 anos e tem responsabilidades nesta obra pós mandatos do PSD.

Caso consiga e queira responder, tenho 10 perguntas para o senhor presidente da Câmara. Pergunta nº 1: Desde janeiro de 2016, quantas descargas de emergência foram feitas na baía de Angra? 2: Porquê as descargas na época alta com a possibilidade de se fazer um planeamento de obra? 3: Existiam medidas preventivas para a possibilidade das descargas? 4: Quais as medidas de mitigação em caso de descarga? 5: Qual era a vossa estratégia de comunicação com os utentes e municípios relativamente aos momentos de descarga e períodos de impossibilidade de utilização da Prainha? 6: A obra junto à praça de touros vai resolver definitivamente esse problema? 7: Foi estabelecido algum contacto com a «Portos dos Açores» para a utilização de equipamentos de mitigação ou prevenção? 8: Temos análises feitas à areia? 9: As obras que vão ser feitas vão melhorar os parques de 7 m<sup>3</sup> de capacidade de retenção das águas e dos esgotos de Angra junto à zona da marina? (...).

**Sr. presidente da Câmara** – Pode fazer as perguntas que entender.

**Sr. presidente da Mesa** – Senhor deputado, ninguém questionou...

**Sr. presidente da Câmara** – Não comecei a falar porque, pelas minhas contas, ainda não tinha chegado às 10 perguntas...

**Sr. presidente da Mesa** – Não, não, senhor deputado; não questionou sobre isso, apenas perguntou se havia mais questões a colocar. Não lhe admito intervenções desse teor.

**Sr. presidente da Câmara** – Tenho todo o gosto em responder àquelas que souber. Não sei quantas descargas houve desde 2016 porque não tenho essa estatística e as descargas acontecem com grande frequência particularmente durante o inverno. Isto sempre funcionou assim desde o ano seguinte à construção da marina e este ano não foi diferente dos anteriores. Sempre que há chuvas intensas, as águas dos quintais, dos beirais e dos pátios que estão indevidamente ligadas ao esgoto doméstico, fazem aumentar o fluxo de água que chega à estação elevatória e excede a capacidade da bomba que lá está instalada. Existem lá duas bombas mas não é possível pô-las a funcionar ao mesmo tempo porque surgem problemas com a conduta. Como o tanque é pequeno, sempre que há chuvas intensas e são excedidos os 7 m<sup>3</sup>, há descargas de emergência num misto de água da chuva e esgoto lá atrás ao pé do Castelinho e não na Prainha.

Quem estava aqui na altura - e não era o PS - fez o melhor que podia e sabia e fez bem porque aquele é o dimensionamento possível face ao espaço disponível. Aquilo que está a ser feito, e foi iniciado há vários anos muito antes de toda esta polémica, é a retirada de cerca de 70% do esgoto. Ao retirarmos dali esse volume de água estamos a criar espaço no tanque para a afluência da água da chuva. Isto não vai resolver definitivamente mas vai melhorar a situação e assim teremos menos descargas.

A obra foi planeada para ser feita no último inverno e primavera mas houve um conjunto de situações relacionadas com a fase de adjudicação da obra e são do conhecimento desta Assembleia, ou seja, um problema judicial entre dois empreiteiros que acabou por se resolver passados alguns meses. O cronograma está a ser cumprido e a obra vai prosseguir sem nenhuma libertação de esgoto o que apenas acontecerá daqui por alguns meses quando houver corte e transferência de condutas.

Sabendo da existência deste problema, tomámos as medidas que estão previstas com a realização de análises adicionais que apresentaram sempre o mesmo resultado: não havia poluição na Prainha. A única análise que deu um resultado negativo foi uma que foi feita à água pluvial que não é água limpa da chuva; é a água que lava esta cidade e arrasta as águas que estiveram paradas nas sarjetas durante o ano inteiro contendo beatas, cotonetes e tudo o mais que caiu na rua, em particular o que as pessoas meteram lá para dentro porque a rua ainda vai sendo varrida e removidos alguns sólidos. Quando alguém fuma na rua e escolhe meter a beata na sarjeta em vez de a deitar para o chão, ela não será varrida e acaba levada pela água. Se alguém atirar uma seringa para a sarjeta ela vai sair do outro lado.

O outro dia aconteceu um outro fator anormal que tornou o fenómeno ainda mais visível. Como sabem, está a decorrer a obra de alargamento do jardim e construção do Centro Interpretativo de onde saiu uma enorme quantidade de terra que acabou por dar uma tonalidade castanha à água, o que vai continuar a acontecer enquanto aquela obra não estiver pronta e houver terras soltas.

Não tenho nenhum conhecimento quanto à presença de materiais flutuantes noutros locais mas seguramente que, nos últimos tempos, não são provenientes de Angra. Lembro que uma boa parte dos sólidos é gradado porque o esgoto doméstico passa por uma grade. Terá lá chegado eventualmente algum material quando houve descargas de emergência mas teremos muito menos no futuro.

Reconheço que não fizemos grande coisa quanto à comunicação e deveríamos ter explicado melhor a situação. O plano de contingência para a Prainha foi rigorosamente aplicado em conjunto com todas as outras entidades porque envolve a Saúde, os Assuntos do Mar, a Capitania e a associação Bandeira Azul. Quando surgiram dúvidas, estas entidades cumpriram a sua obrigação, enviaram os seus peritos que fizeram uma auditoria ao sistema e tudo estava a ser cumprido. Se calhar deveríamos ter feito mais publicidade a explicar o que estava a acontecer e mostrámos sempre as análises que, inclusivamente, foram publicadas no jornal Diário Insular para que as pessoas vissem os resultados.

Quando já estávamos a entrar numa fase de verdadeiro desprestígio que apenas contribuía para transformar isto num ponto negativo para a visita da nossa cidade, resolvemos interromper a época balnear e acho que tomámos a melhor decisão porque estávamos a pouco mais de uma semana do fim da época e não valia a pena continuar com isto de, tira bandeira, põe bandeira, etc.

A época balnear será definida até ao próximo mês de fevereiro em diálogo com as outras entidades. Quando tomarmos uma decisão a respeito das zonas que teremos a funcionar no próximo ano e a forma como as vamos gerir, comunicaremos a esta Assembleia.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal. Iniciando a minha intervenção com uma pequena dose de humor, afinal parece que as bandeiras azuis têm alguma utilidade nem que seja para trazer à discussão certos problemas que, de outra forma, nos passariam ao lado.

Relembro à Câmara que ainda não obtivemos resposta a um requerimento de março sobre o aluimento de terras no Fanal e temo que a resposta chegue quando a obra já estiver concluída. Gostaria também de saber se existe algum retorno em relação a duas propostas aqui apresentadas pelo CDS-PP e aprovadas por unanimidade acerca do espaço em frente ao hotel do Caracol e da ponte pedonal ao pé do estádio João Paulo II.

Há pouco falava-se aqui da inclinação de algumas ruas da cidade. A respeito da intervenção da senhora Paula Alves acerca dos passeios estreitos, inclinados e escorregadios, a solução poderia passar pela construção de degraus largos e pouco altos no passeio. Talvez assim fosse possível conciliar a estética das calçadas tradicionais com a segurança de quem por ali se desloca a pé.

Ainda a respeito da Prainha, o CDS-PP ficou com a ideia de que a Câmara lidou mal com o processo, esquivando-se às respostas que era preciso dar à população e acenando com resultados de análises - que não contesto - mas que foram contraditórias em relação ao que as pessoas ali viram e sentiram. Quando isso acontece, devem ser fornecidas informações mais claras e detalhadas como o registo que foi feito aqui hoje. As pessoas foram confrontadas com imagens e odores aparentemente contraditórios aos resultados que a Câmara tenta divulgar.

Se a obra de saneamento da cidade de há 20 ou 30 anos foi a possível, se a considerarmos a primeira fase para colmatar deficiências enormes na altura, e se as atuais intervenções referentes ao desvio de 70% do caudal da estação elevatória do Pátio da Alfândega forem consideradas a fase dois da mesma obra, talvez seja altura de entrarmos rapidamente na terceira fase mais abrangente e complexa na busca de soluções para impedir que os detritos poluentes cheguem ao mar pela via pluvial ou outras.

Não podemos raciocinar hoje com o que era normalidade há 20 anos porque a probabilidade de chuvas mais intensas em períodos mais curtos é muito maior. Mesmo que nos saia dispendioso, é mais importante para o ambiente um investimento numa infraestrutura de saneamento básico adaptada às atuais realidades climáticas em vez de se aplicar o dinheiro em carros elétricos numa cidade sem poluição. Houve dias em que foi preciso usar máscaras devido ao cheiro dos esgotos, mas isso é outra coisa.



Não há como negar as evidências; é necessário readaptar o percurso político para que possamos fazer o nosso trabalho na análise dos documentos que a Câmara e os SMAH nos virão a apresentar referentes a medidas futuras.

**Sr. presidente da Câmara** – Estamos a trabalhar um estudo que tem a ver com a criação de uma estação elevatória no Porto das Pipas que permite elevar algum esgoto que lá vá ter pontualmente. Essa questão terá que ser dimensionada quando entrar em funcionamento a nova estação elevatória e se perceber o seu real impacto no funcionamento da estação do Pátio da Alfândega. Um afino subsequente será o aproveitamento da conduta que já existe ao longo da base da muralha até ao Porto das Pipas e o envio do esgoto para a outra estação elevatória que tem uma capacidade mais do que suficiente para receber o que houver. O investimento será elevado mas é possível fazer-se.

O assunto é bastante mais difícil no que respeita às águas pluviais porque não há saídas únicas. Temos algumas ruas em que a saída se faz pelos antigos bueiros, o que implicaria uma reestruturação global do centro da cidade e é manifestamente difícil. A questão dos esgotos domésticos é muito mais finita mas são muitos os pontos de descarga no caso das pluviais. Logo que a nova estação elevatória comece a funcionar, ver-se-á o seu impacto no funcionamento cá em baixo.

Em resposta à questão sobre a derrocada de terras no Fanal, não me lembro do texto e não sei se o cheguei a ler mas atrevo-me a responder-lhe. O que aconteceu neste verão não foi verdadeiramente um problema porque aquelas terras eram para ser deitadas abaixo. Quando começaram a entrar camiões e houve vibração naquela zona, aquilo acabou por cair e poupou o trabalho ao empreiteiro.

Ontem ao fim da tarde estive no Fanal com o geólogo que está a conduzir o processo, olhámos para aquilo e não existe qualquer instabilidade à vista, apenas alguns materiais soltos e um volume razoável de entulho para retirar no decurso da obra. Naquela zona onde se situavam os mastros da União Europeia há um volume com vários metros cúbicos que terá que ser empurrado para baixo mas ainda não é possível fazê-lo porque terá que ser feita uma contra parede lá em baixo.

A obra do Fanal está a decorrer com toda a normalidade dentro do que foi estudado e estava previsto e não se antevê nenhuma dificuldade em relação às questões geológicas. Estamos a olhar com alguma preocupação para a parede virada para oeste que contém deformações mas nada tem a ver com esta obra.

Quanto às propostas referentes ao espaço do hotel do Caracol e à construção da ponte pedonal, o assunto foi por nós comunicado às Obras Públicas e certamente terá seguido os seus trâmites no âmbito do departamento governamental respetivo. Poderei confirmar no intervalo desta sessão mas não creio que terá havido algum *feedback*.

No que respeita aos passeios e às ruas inclinadas, que são muitas nesta cidade, estamos a tentar encontrar as melhores soluções para resolver os problemas.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e Exmos. vereadores, senhoras e senhores deputados, público aqui presente.

Começo por fazer uma saudação muito especial aos dois elementos do público que hoje fizeram uso do seu direito à palavra para se manifestarem na Assembleia Municipal, uma vez que raramente temos o privilégio de termos cá os munícipes a relatarem os seus problemas. Não há forma mais direta de praticar a democracia do que a vinda do cidadão ao local próprio para expor os seus problemas e dizer o que precisa por parte dos que elegeu para acudirem às situações do seu dia a dia, o que nos ajuda a exercer melhor a nossa função.

Lamento mais uma vez que, por divergências mais ou menos profundas e pelo facto de os temas não merecerem a concordância da Câmara e, por vezes, da Mesa da Assembleia - e desculpe-me a frontalidade, senhor presidente - seja manifestada alguma irritação para com os deputados da oposição.

Ainda a respeito da Prainha, a negação da realidade e as relações complicadas com as evidências não ajudam ninguém. Na pior das hipóteses e tomando por boas todas as explicações técnicas que nos foram dadas pelo senhor presidente da Câmara que também vinham a ser transmitidas aos vereadores da oposição em reunião de Câmara, há uma questão incontornável já aqui referida pelo deputado Nuno Melo Alves que foram as evidências no local.

As análises laboratoriais são amostragens médias e por mais que indiquem que os parâmetros estão conforme a lei recomenda, a visualização dos materiais poluentes na água e na Prainha é incontornável, aconteceu com os banhistas e com as associações ambientalistas e foi constatado pelos elementos dos partidos da oposição que se deslocaram ao local.

Senhor presidente; o maior erro, seu e da Câmara Municipal, foi a negação ao ter dito sempre que nada estava a acontecer na Prainha. Foi o conflito com as denúncias e com a bandeira azul e a tentativa de negar a realidade quando as pessoas estavam a ver o que estava a acontecer. O senhor presidente comunicou mal de propósito porque a Câmara teve sempre a intenção de negar uma evidência. Quanto às informações técnicas dos esgotos, nunca houve nenhum tipo de oposição por parte da vereação ou do grupo municipal do PSD a todos os trabalhos que estão a ser feitos pela Câmara no que respeita à melhoria do saneamento.

O senhor sabe que o PSD pagou um preço muito caro por ter sido o partido que fez a primeira obra de saneamento básico em Angra com limitações e adequado à época, e também sabe que aquilo que aconteceu a montante em termos de grandes obras de impermeabilização e do escoamento superficial de águas nesta cidade, nada tem a ver com o que o executivo municipal do PSD encarou há quase 30 anos.

Em vez de interditar a Prainha, a comunicação da Câmara consistia na negação do problema dizendo que havia ali umas pedrinhas brancas. Não eram umas pedrinhas brancas, senhor presidente; era aquilo que todos sabemos.

Uma coisa são as águas pluviais que drenam ali mas as descargas de emergência que foram mais frequentes devido à obra que a Câmara está a executar junto à praça de touros, junto ao Castelinho, foram transportadas pelas correntes marítimas que levam tudo o que sai para o fundo de saco que é a baía de Angra e a Prainha. A situação foi real, as pessoas tinham razão e houve uma questão que foi mal conduzida propositadamente.

Não é a primeira vez que o senhor presidente da Câmara tem uma relação conflituosa com a associação Bandeira Azul, o que também aconteceu quando houve uma análise desadequada de águas na Silveira. Não gosta da associação Bandeira Azul porque lhe dizem coisas que o senhor não gosta de ouvir.

A Prainha, ora é uma zona balnear nobre da cidade, ora um parque de festas onde decorrem touradas e bezerradas, garraíadas, color fest's, concertos, etc. Não se pode esperar que aquilo fique limpo para locais e turistas tomarem banho e estenderem as suas toalhas. Não pode haver sol na eira e chuva no nabal e a Câmara tem que decidir se quer a festa ou a qualidade ambiental com a praia limpa.

Também me parece haver falhas de algumas autoridades de fiscalização, quer a nível ambiental quer a nível judicial, no que se andou a passar na Prainha este verão. Há aqui questões muito delicadas relativas à qualidade ambiental e principalmente no que respeita à saúde pública, a preocupação que devemos colocar acima de todas as outras.

Em vez de nos preocuparmos em ver quem tem mais razão ou quem nega as evidências, a primeira prioridade deveriam ter sido as fezes, as seringas e todas as outras coisas já aqui referidas que foram encontradas na Prainha porque é a saúde das pessoas que está em perigo.

**Sr. presidente da Câmara** – Longe de mim entrar por algum caminho menos agradável em relação aos senhores deputados. Esta não é uma questão sobre a qual eu não tenha já falado porque, desde que regresssei de férias, tenho-me manifestado de forma frequente sobre o assunto.

Não estou contra a obra dos esgotos e creio até que foi a melhor obra feita nesta cidade desde há muitas décadas de acordo com as contingências da altura. O PSD tem muitas culpas mas não aqui porque o trabalho foi bem feito e a verdade é que, passados quase 30 anos, temos uma excelente rede de saneamento que mete inveja a muitas cidades que conheço.

A necessidade da construção da nova estação elevatória não se deve apenas à questão dos 7 m<sup>3</sup> e tem principalmente a ver com os consumos energéticos gigantescos que são necessários para fazer descer o esgoto e voltar a subi-lo. Este investimento vai resolver uma parte do volume e reduzir imenso o consumo energético.

É verdade que não sou grande defensor do gasto de dinheiro na bandeira azul mas não somos nós quem insiste que ela fique e foi a própria associação Bandeira Azul que decidiu que havia condições para a manter. É preciso ver quem gere o quê e a Câmara apenas decidiu terminar mais cedo a época balnear.

Ninguém negou qualquer realidade; logo que descobri o problema, convidei as pessoas a visitarem os lugares, levei a comunicação social e mostrei o que era. Infelizmente não pude falar durante um determinado período porque não estava cá e nem tinha conhecimento do problema e logo que cheguei a esta terra, a primeira coisa que se fez foi optar pela transparência absoluta e mostrar o que estava a acontecer. Essa mesma transparência foi recomendada aos técnicos do município para que falassem do assunto e explicassem o que se estava a passar.

Toda a comunicação social é bem-vinda caso pretenda visitar a Prainha ou as obras da estação elevatória para verem o que está a acontecer e como as coisas funcionam. O assunto é relativamente complexo e nada fácil de explicar por palavras e o convite é extensivo aos senhores membros da Assembleia Municipal. Se quiserem visitar qualquer das estruturas aqui mencionadas, basta que se dirijam a mim ou ao senhor presidente da Assembleia e organizaremos a visita na hora que melhor lhes convier; estamos de porta aberta com transparência absoluta e são todos muito bem-vindos.

**Município João Medeiros** – Não sei se posso intervir.

**Sr. presidente da Mesa** – Não pode intervir. O público tem apenas direito a intervir por dez minutos no início dos trabalhos da Assembleia.

**Sra. d. m. Brites Baldaia** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Cumprimento também os membros da sociedade civil que aqui se vieram pronunciar e é importante que o façam mais vezes.

Senhor presidente, em nome da transparência absoluta que referiu, poderia informar-nos quando foram feitas as análises relativas a cada uma das descargas efetuadas nos dias 12 e 22 de agosto e 6 de setembro porque, segundo soube, apenas a última foi feita no prazo das 72 horas posteriores à descarga. Gostaria de saber se houve o mesmo intervalo de tempo entre todas as descargas e respetivas análises porque, tanto quanto se sabe, esta última terá sido feita de forma breve após a descarga. Como o senhor bem disse, aproximava-se o fim da época balnear e abreviar um bocadinho era menos penoso do que fazê-lo em agosto.

A respeito do assunto levantado pelo meu colega Nuno Melo Alves acerca da derrocada no Fanal, o que está em causa não é o trabalho poupado ao empreiteiro mas sim, a forma como a situação deveria ter sido prevenida pela falta de segurança que ali se verificava. Mesmo que a responsabilidade não seja da Câmara, creio que os seus fiscais terão sempre uma palavra a dizer.

**Sr. presidente da Câmara** – Desconhecemos a data da realização das análises que são feitas aleatoriamente e determinadas por outras entidades que não o município de acordo com um período máximo que está estipulado por lei. Aí nessa lista aparece uma referência no topo da tabela que identifica as análises que não fazem parte da sequência normal. A única análise feita exclusivamente para o esgoto fluvial foi no dia 6 numa altura em que eu já cá estava e mandei fazer devido à minha curiosidade mais científica e técnica do assunto. As restantes análises foram efetuadas dentro do plano de contingência da praia e do que está determinado naquele perfil que já foi aqui citado.

No Fanal havia grandes deformações nos muros e estavam lá colocadas umas fitas. Naquele dia, 5 ou 10 minutos depois de nos ter telefonado o nosso responsável da Proteção Civil dando conta que havia grandes deformações no muro, telefonou-me um membro da oposição que está ao seu lado. Desloquei-me ao local, foram colocadas guardas metálicas como proteção e a parede caiu passadas algumas horas quando estávamos presentes. De qualquer maneira, o espaço em baixo já estava totalmente interdito e só o empreiteiro é que, legitimamente, tinha acesso àquela zona.

Estava-se ainda numa fase de abertura de acessos e a proceder-se à descarga de pedras para criar aquela rampa. A vibração induzida pelas descargas de pedra originou a derrocada que foi perfeitamente benigna e aconteceu numa altura em que a Proteção Civil Municipal tinha vedado o espaço. Horas antes alguém viu cair uma pequena quantidade de terra e telefonou para a Proteção Civil que me informou de imediato e logo se procedeu à vedação do espaço sem que nada de grave tivesse acontecido.

Aquilo está fechado com uma rede mas de vez em quando algumas pessoas vão lá para baixo, o que é proibido porque ainda não foi feita a ripagem e há material solto em cima da encosta, particularmente na zona mais próxima da estação elevatória de esgoto que também tem um tanque e tudo aquilo de que falámos há pouco. Só depois da ripagem feita é que ficará seguro andar-se por debaixo daquela rocha.

**Sr. d. m. Rogério Sousa** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e membros da vereação, caros colegas. Como cidadão também acompanhei a questão da Prainha e queria congratular-me pela participação da sociedade civil nos trabalhos desta Assembleia, o melhor local para que as coisas sejam esclarecidas.

Parece-me existir algum desfasamento entre a comunicação por parte da Câmara, (que poderia ter atuado de outra forma como disse o senhor presidente), e aquilo que circulou nas redes sociais. Estas descargas acontecem e parece-me ter sido uma situação extemporânea porque chove mais nuns anos do que noutros, este ano foi mais seco, e ao que parece houve mais terra e outros inertes. Vi algumas imagens e, de facto, na descarga ao pé do Castelinho na zona do Porto das Pipas via-se uma imagem suja e pouco agradável.

Tomei banho na Prainha por diversas vezes em julho e agosto e apenas vi cascas e outros detritos que acabam por dar à praia. Ninguém me garante que os proprietários dos barcos que se encontram na marina não façam também as suas descargas para a Prainha.

Temos que analisar cuidadosamente estas situações e deve haver um contrapeso e medida entre o mediatismo das redes sociais e as análises técnicas realizadas por entidades competentes e credíveis.

Estive a fazer «Whale Watching» com os meus miúdos, que queriam ver baleias mas acabámos por ver golfinhos porque estávamos já no início de setembro, e tive a oportunidade de falar com alguns operadores turísticos que, de alguma forma, lamentavam todo aquele alarido nas redes sociais muito utilizadas pelos turistas como forma de informação mais imediata em relação aos comunicados da Câmara. Segundo esses operadores, tudo aquilo transmitia uma má imagem porque não era bem o que se passava e não viam razão para tanto alarido.

Lembro-me de ter sido feita a requalificação da baía onde o esgoto saía diretamente para a água, recorro a construção da marina com concordância e discordância e lembro-me também de serem descobertas as Portas da Cidade.

Desde que o Álvaro de Meneses preside a esta Câmara, pudemos ouvi-lo por diversas vezes nesta Assembleia a falar sobre a necessidade de desviar as descargas para o centro da cidade e transportá-las diretamente para a ETAR, principalmente por razões de consumo energético.

A Câmara poderia ter usado também as redes sociais para chegar mais perto da zona de combate mas penso que a atuação se processou dentro dos parâmetros legais e devemos ter sempre muito cuidado com alarmismos.

**Sr. presidente da Câmara** – Não me parece que se tenha notado a presença de mais resíduos do que é costume. Lembro que houve uma altura em que tivemos que utilizar um *caterpillar* e camiões para retirar resíduos misturados com areia porque não era possível limpar a Prainha.

Esta é uma questão antiga. Tenho aqui um documento assinado em fevereiro de 2001 cujo preâmbulo conta esta história toda e parece que foi feito hoje. Trata-se de um protocolo celebrado entre a Junta Autónoma dos Portos de então e a Câmara de Angra sobre esta matéria, que vou pôr a circular por aí com a permissão do senhor presidente da Mesa.

**Sr. d. m. Luís Brasil** – O senhor presidente da Câmara acabou por não responder à minha questão nº 8 sobre as análises da areia da Prainha. Ficámos a saber que a obra ao pé da praça de touros não resolve definitivamente o problema da baía de Angra e sabemos que acontece o mesmo com o que está a ser executado em obra nesta altura na baía do Fanal.

É preciso que fique claro e conste em ata que o PSD não é conivente com obras que não resolvam este problema de uma vez por todas. Não é verdade que todas as cidades tenham os mesmos materiais aqui identificados na água e lamento que não se saiba quantas descargas de emergência foram feitas desde 2006. Se as descargas são uma inevitabilidade quando chove, devem ficar registadas para que sirvam de estudo para planeamentos futuros.

Este episódio do *e-mail* é lamentável, tenho-o à minha frente e posso dizer-vos que nos dias 20 e 24 de agosto foram feitas chamadas de atenção à Câmara, como por exemplo: «A coordenadora nacional do programa Bandeira Azul propõe que a bandeira azul da Prainha seja arreada por precaução e a qualidade da água balnear, descargas de envolvente, seja localmente avaliada. Mais informo que os resultados das análises realizadas são de dias anteriores aos relatos e imagens recebidas.» Fala-se aqui em análises programadas e há uma comunicação que, a determinada altura, diz: «Informo que a indicação para arrear a bandeira azul já foi comunicada várias vezes, quer pela coordenação regional, quer pela coordenação nacional, e iremos contactar a capitania.»

De acordo com as datas das descargas, o que vi como cidadão foi uma demora por parte da Câmara em arrear a bandeira azul, desrespeitando a indicação de uma entidade. Se a edilidade não quer a bandeira azul, deve assumi-lo e instalar mecanismos de controlo e proteção dos cidadãos. Se queremos a bandeira azul, temos que respeitar as regras e não vale a pena buscar outra regulamentação quando existe uma relação direta, funcional e legal com a instituição que tutela as bandeiras azuis.

Estando o atual presidente da Câmara na governação do concelho há 5 anos, o PSD não aceita que se continue a adiar a solução técnica definitiva para a resolução do problema da marina - que também possui bandeira azul - da Prainha e do Fanal que, segundo se disse, para o ano poderá ser uma zona de banhos, e continuamos com descargas de segurança dentro da baía quando poderiam estar projetadas mais para fora. É possível de concretizar, sabemos que é uma opção política que acarreta custos, mas é preciso que as pessoas saibam que a decisão cabe a quem está a governar e não aos que aqui desempenham o seu papel como oposição.

**Sr. presidente da Câmara** – Esse *e-mail* não diz para arrear e coloca um conjunto de perguntas que foram respondidas. Foi feita uma peritagem por todas as entidades envolvidas que se deslocaram à Prainha e decidiram que não havia necessidade de o fazer. A Câmara não manda arrear nem hastear bandeiras, uma decisão que é tomada pela entidade. Foi feita uma peritagem também acompanhada pelo senhor João Medeiros e todas as entidades envolvidas acabaram por se pronunciar no sentido da manutenção. Foi isto que foi feito com base nesse *e-mail* e não pus prego nem estopa nesse relatório. Tenho aqui o decreto legislativo que regula essa matéria, o único poder que a Câmara tem é dar por terminada a época balnear e foi o que se fez.

**Sra. d. m. Brites Baldaia** – Senhor presidente, espero que não fiquemos dependentes da sua curiosidade científica e que as análises sejam feitas no momento...

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – E não nas 72 horas seguintes à contaminação que já não está presente e o senhor presidente da Câmara sabe bem disso.

**Sr. presidente da Câmara** – Sei bem disso, razão pela qual mandei fazer naquele dia. Não foi por acaso.

**Sra. d. m. Brites Baldaia** – Que isso se torne regra e não dependa da sua curiosidade científica nem da sua ausência ou presença na ilha porque se trata de uma zona balnear de Angra muito frequentada pelos munícipes e pelos turistas e precisamos de ter a certeza que a nossa saúde não está em causa.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1 - Informação do senhor presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida no período de 20 de junho a 7 de setembro, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – O período em análise da atividade municipal é relativamente curto. Começando pelas questões financeiras como é tradição, a evolução financeira do município manteve-se dentro da normalidade sem nada de especial a reportar. Ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, este ano a TERAMB está no positivo e vamos ver o que acontece no resto do ano. Isto significa que uma das ameaças mais relevantes às finanças do município está bastante minorada embora não haja ainda certezas e vamos ter que esperar pela paragem técnica que acontecerá no mês de outubro para podermos avaliar a situação de alguns equipamentos.

As duas grandes obras que o município tem em curso, a construção do Centro Interpretativo e a requalificação da baía do Fanal, estão a decorrer com toda a normalidade dentro dos prazos e o mesmo acontece com a obra dos Serviços Municipalizados relativa à reestruturação da rede de esgotos. As obras feitas em conjunto com as juntas de freguesia decorreram também dentro da normalidade e as juntas já começaram a enviar os relatórios, o que me leva a dizer que a

atividade do município decorreu dentro do que era espectável sem nada de problemático a reportar.

Apesar da situação referente à Prainha, o período balnear nas áreas sob a responsabilidade do município decorreu sem nenhum acidente grave ou outra qualquer situação fora do comum.

No que respeita às restantes atividades, manteve-se o programa de animação durante o verão com mais movimento na cidade do que é habitual. Embora fora do âmbito da atividade municipal, as coisas correram manifestamente bem na Assembleia Legislativa Regional no que diz respeito aos interesses da ilha Terceira, mais propriamente às questões portuárias. Espero que algum dia se concretize a construção do cais de cruzeiros na Praia da Vitória assim como o que é necessário fazer-se no Porto das Pipas.

Queria aproveitar este momento para dizer que este foi um ano particularmente difícil para os Serviços Municipalizados. Estamos com péssimas condições de disponibilidade de água desde junho e a verdade é que os SMAH conseguiram manter o sistema a funcionar sem roturas, mérito que deve ser apontado aos seus trabalhadores. Este ano as coisas atingiram um limite como não há memória, o que vem provar o bom funcionamento do nosso sistema e a sensatez dos investimentos feitos nos últimos anos e em décadas anteriores.

Continuamos a enviar água desde Santana nos Cinco Picos até à Serreta, algo que não era possível há uns anos e permite que o sistema se mantenha. Os Serviços Municipalizados fizeram um trabalho notável ao longo deste verão e espero que não haja avarias porque estamos a trabalhar em cima dos limites.

Pelos padrões de 2008, que foi o último ano em que tivemos uma crise de águas, teríamos começado os cortes de água antes nas Sanjoaninas e hoje ainda os manteríamos. Apesar de ter chovido ainda não houve recuperação de nascentes, estamos numa situação verdadeiramente difícil e os Serviços merecem ver reconhecido o seu mérito.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Solicito ao senhor presidente da Mesa que seja flexível na gestão dos tempos de intervenção quanto ao assunto que o senhor presidente acabou de introduzir antes de falar dos Serviços Municipalizados porque tivemos uma sessão extraordinária para tratar de questões relativas ao concelho, que mereceu por parte desta Assembleia, um conjunto de deliberações muito importantes e históricas por terem sido unânimes.

Queria ficar um pouco mais à vontade noutro período a discutir esses assuntos que não fazem parte da atividade municipal onde existe uma limitação de tempo. A mesma tolerância regimental que vou pedir para mim, peço-a também para o senhor presidente da Câmara e para os restantes grupos municipais que desejem intervir a bem do debate que aqui realizámos na sessão extraordinária da Assembleia Municipal no passado dia 11 de maio.

Como disse o senhor presidente da Câmara, foram levados a debate e a votação na última sessão da Assembleia Legislativa Regional, dois projetos de resolução do PSD que versavam algumas das matérias constantes da pronúncia desta Assembleia Municipal que resultou dos esforços conjuntos de todos os eleitos aqui representados e que visavam colmatar preocupações prementes e muito atrasadas relativas a investimentos neste concelho e na ilha Terceira relativamente às questões portuárias.

Pela primeira vez houve unanimidade relativamente a estes assuntos que visava a concretização de investimentos na ilha Terceira, mas no concelho vizinho, o que tornou essa deliberação ainda mais robusta e importante.

Aconteceu uma notícia boa e outra francamente má. A notícia boa foi a aprovação, também por unanimidade, da resolução que mandatava o Governo Regional para avançar com a construção de um cais de cruzeiros na ilha Terceira na baía da Praia da Vitória mas não na versão original do documento que recomendava a sua construção no cais dos americanos no molhe norte. O

Governo Regional e a associação Portos dos Açores têm um plano B e um plano C que visa a construção de um cais de cruzeiros na zona civil caso não se chegue a acordo com o Governo da República ou com os militares americanos que ainda utilizam a estrutura militar localizada no molhe norte.

Está salvaguardada a possibilidade de termos um cais de cruzeiros na baía da Praia, no porto militar ou no civil. Passaram dez anos desde que se começou a falar no cais de cruzeiros e estão agora reunidas as condições porque todos os partidos da Assembleia Regional subscreveram a proposta do PSD. O consenso não poderia ter sido mais amplo, as coisas não poderiam ter corrido melhor e só é preciso que o dinheiro apareça num plano e orçamento da região. Pelo consenso político que ali foi demonstrado, julgo que tal poderá estar já contemplado no próximo orçamento porque me pareceu haver intenção de que a obra se iniciasse nos próximos dois anos ainda antes do final da atual legislatura. Esta foi uma excelente notícia que nos deve encher a todos de alegria.

A outra notícia não foi boa. O segundo projeto de resolução visava a reposição imediata da Linha Lilás e o arranque imediato das obras do Porto das Pipas, tão adiadas quanto o cais de cruzeiros, que agora são as possíveis para a ligação marítima inter-ilhas com a ambição do senhor presidente da Câmara de que não sejam tão pequenas quanto isso e possam deixar em aberto outras possibilidades para navios maiores num futuro tão próximo quanto possível.

Visava-se também que a linha amarela da Atlanticoline com os navios maiores pudesse aumentar o número de frequências a todas as ilhas do Grupo Central e a nossa proposta é que fosse diária. A nossa maior preocupação é a ligação às ilhas Graciosa e S. Jorge com as quais a ilha Terceira tem uma ligação económica e social mais profunda. Essa proposta foi votada favoravelmente por todos os partidos da oposição e chumbada apenas pelo Partido Socialista com uma agravante: é que os deputados do PS eleitos pela ilha Terceira nem sequer usaram da palavra. Esconderam-se, não participaram no debate e não deram a cara pelo seu sentido de voto. Isso foi o mais grave. Fiquei muito triste tendo em conta o trabalho que fizemos nesta Assembleia Municipal, o conteúdo e objetividade do parecer aqui elaborado, e sabendo que o parecer de maior apoio ao projeto de resolução do PSD - e justiça seja feita - foi o da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e de todos os seus vereadores também por unanimidade. Senhor presidente da Câmara, muitos parabéns por aquele parecer.

Se apelar o ato da fuga ao debate por parte dos deputados do Partido Socialista eleitos pela Terceira, de falta de coragem e, talvez mesmo de covardia, não estarei a faltar à verdade porque estivemos aqui a dar voz a um anseio da população. Mesmo votando contra, deveriam ter participado no debate e dado a cara porque não gostei de ter travado esse debate com o deputado de S. Jorge e com os deputados da Graciosa. Preferia ter-me travado de razões com a Secretária Regional da tutela, o que fiz, mas com os deputados eleitos pela ilha Terceira e isso deixou-me bastante aborrecido e também envergonhado.

Quando utilizamos o nosso sentido de voto, as decisões do «sim» ou o do «não» devem ser feitas com caráter, dando a cara e assumindo as responsabilidades. Não basta dar a cara ao ler o papelinho e fazer o anúncio das boas notícias, é preciso dá-la também quando se tem que assumir o custo de dizer um «não» a coisas da nossa terra. Aqui, nos partidos da oposição em exercício de funções, todos já pagámos preços políticos caros, às vezes por votos de abstenção.

Tenho que agradecer à bancada do Partido Socialista, o custo político que também vós haveis enfrentado ao apoiar aquilo que foi a resolução desta Assembleia Municipal; isso foi de coragem, aquilo que os vossos colegas da Assembleia Regional não tiveram. Não vou exigir-vos a aprovação de um voto de protesto mas, em nome desta bancada e do PSD como um todo, deixo aqui o meu protesto muito profundo, veemente e revoltado relativamente a este assunto para que o mesmo fique registado em ata.



Se, mais tarde me for dada a possibilidade de intervir quanto aos assuntos da agenda municipal, eu agradeço. Peço ao senhor presidente da Mesa essa tolerância e atropelo regimental para mim, para a Câmara Municipal e para todos os senhores deputados municipais que entendam intervir.

**Sr. presidente da Mesa** – Assim será.

**Sr. presidente da Câmara** – Não creio que haja grandes questões para responder. Não me devo pronunciar sobre o que aconteceu no parlamento e as votações dos senhores deputados, pelo respeito institucional que deve existir da minha parte. Um assunto que me diz muito, tem grande relevância para a cidade de Angra e será também do interesse desta Assembleia, são as reuniões que têm decorrido nos últimos tempos referentes ao Porto das Pipas. Creio que as coisas estão bem encaminhadas e haverá decerto expressão orçamental mais específica porque foram dados passos muito significativos nestes últimos tempos.

Posso dizer que, da parte do município, foram desenvolvidos vários esforços para se caminhar no bom sentido mas cabe ao Governo Regional, em sede de orçamento e do lançamento de obras, dar corpo àquilo que tem vindo a ser discutido e acordado. Peço licença aos senhores vereadores da oposição para afirmar em nome de todos que a Câmara se rejubila unanimemente pela boa solução para a Praia da Vitória porque, o que for bom para a Praia é também bom para Angra e estamos todos empenhados no mesmo esforço. Espero que as duas instalações portuárias - em primeiro lugar a de Angra porque já tem um projeto e depois a outra que ainda não o tem - passem rapidamente das intenções às obras para que possamos entrar numa nova fase do transporte marítimo.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Julgo que nenhum de nós terá ficado alheio à presença do senhor presidente do Governo Regional no aniversário da cidade de Angra onde entregou umas medalhas e às referências que fez a alguns investimentos na ilha e no concelho. Essas coisas não acontecem por acaso e pressuponho que o senhor presidente da Câmara tenha mais algumas novidades para nos dar.

Nenhum de nós é ingénuo e percebemos que a vinda do senhor presidente do Governo Regional ao aniversário da cidade não foi um acidente, até porque as coincidências não existem na política e os imprevistos dão muito trabalho. Fez referência a alguns investimentos na ilha e no concelho - curiosamente aqueles que também tiveram problemas com o Tribunal de Contas e resvalaram com falência de empreiteiros e dez anos de atraso - e deu também um toquezinho relativamente ao Porto das Pipas. Eu estava presente na sala muito atento e troquei alguns sorrisos com o senhor presidente da Assembleia porque ambos sabíamos do que o senhor presidente do Governo estava a falar.

Gostaríamos de saber o que lhe disseram a respeito do Porto das Pipas porque existe verba orçamentada e cabimentada desde há dez anos sobre a forma de cais de cruzeiros, obras de remodelação ou rampa ro-ro. Já vimos no Porto das Pipas investimentos deitados ao mar em obras sucessivas de remodelações dos barracões, das instalações, dos pavimentos, etc. Se calhar, a maior de todas foi aquele pavimento fantástico poli cromático que era para ser visto do Canta Galo; ao fim de um ano pintaram lá uns retângulos amarelos para estacionar carros e agora apareceram lá uns bilros para delimitar o trânsito automóvel que mais parecem ovos de dinossauro e não devem ter sido baratos. O que se gastou em cosmética no Porto das Pipas daria para fazer ali muita obra portuária. Venha daí a informação porque estamos mortinhos por saber, senhor presidente.

**Sr. presidente da Câmara** – Pouco mais posso adiantar além do que disse na minha anterior intervenção. Essa matéria tem sido objeto de reuniões, a última das quais foi extremamente positiva. Ficou apenas uma questão para esclarecer por parte do projetista, relacionada com períodos da onda e operacionalidade com certos rumos de mar e logo que o assunto esteja esclarecido a obra arrancará.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Na última vez que reunimos, a senhora Secretária Regional garantiu que a obra teria início no último trimestre deste ano mas, no debate da Assembleia Legislativa Regional, já não.

**Sr. presidente da Câmara** – Percebo essa alteração da posição da senhora Secretária que resulta exatamente do debate acerca de uma questão técnica de operacionalidade, mas o Governo manifestou-me a intenção firme que a obra arrancaria de imediato logo que estas questões técnicas estivessem resolvidas. O prazo dado ao projetista terminou a semana passada e estou à espera que ele apresente o documento que estava em falta.

**Sr. d. m. Carlos Ormonde** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados e todos os presentes. Ainda a respeito do assunto da Prainha que já foi aqui bastante debatido, o senhor presidente da Câmara tem costas largas e um elenco camarário composto por pessoas idóneas e reforçado neste mandato com dois vereadores de quem tenho o privilégio de ser amigo. Espero que o assunto seja devidamente tratado mas ninguém conseguiu evitar o dano da imagem pública da Prainha. Confesso não ser um frequentador assíduo, apenas passo regularmente ali por perto na estrada, mas apercebo-me que se trata de uma zona também muito frequentada por turistas e tenho a lamentar as consequências porque o município saiu a perder com todo o mediatismo criado em torno deste processo.

Estas assembleias servem também para fazermos com que a Câmara melhore o seu trabalho, indo de encontro às necessidades da população, e por vezes as críticas são mais úteis do que o apreço pelo trabalho positivo.

Como estou diretamente ligado a um setor da agricultura quero manifestar o meu apreço pela gestão que foi feita ao nível do abastecimento de água. No início de junho tive uma conversa com técnicos dos Serviços Municipalizados em que o senhor presidente da Câmara esteve presente e recordo-me que a indicação que havia na altura era que as reservas de água naquele mês se equiparavam às reservas do mês de setembro de 2017.

Todos se queixavam do ano seco mas a memória do ser humano é curta, temos a tendência de lembrar os tempos mais recentes e este foi um ano de seca extremamente atípico. Em conversas que fui tendo com agricultores, esperava-se que ao menos não faltasse água nas torneiras. Até hoje ainda não tivemos um único corte de água nem restrições no abastecimento doméstico e nas explorações pecuárias onde já se verificavam algumas dificuldades ao nível da alimentação animal porque os milho correram mal, as forragens rapidamente secaram e deixou de haver alimento e um agravamento da situação devido à falta de água seria extremamente penalizador.

O verão ainda não acabou. Independentemente do que aconteça daqui para a frente, a Câmara e os Serviços Municipalizados estão de parabéns pelo ótimo trabalho que tem sido feito ao nível do abastecimento de água que não teve limitações este ano, o que nos deixa tranquilos e satisfeitos. Tenho uma exploração pecuária e agrícola, faço regas diárias com consumos elevados de água e nunca me senti condicionado.

**Sr. presidente da Câmara** – Ainda não estamos fora de perigo porque ainda não choveu o suficiente para que haja infiltração e continuamos com seríssimas dificuldades na gestão da água. O abastecimento à agricultura tem sido verdadeiramente difícil e complicado neste último ano na costa oeste da ilha com grandes despesas para os lavradores, o que significa que há a necessidade de se continuar o investimento nesta área, particularmente na Serreta, Doze Ribeiras, Santa Bárbara e Altares onde existem os reservatórios que estão dependentes de uma ribeira para encherem. Caso se repitam anos de seca tão atípicos como este, talvez tenhamos que fazer alguns furos naquela zona como alternativa ao fornecimento de água a esses mesmos reservatórios.

De acordo com as estatísticas, é muito baixa a probabilidade de acontecer um ano como este mas as mudanças climáticas tornam essas estatísticas pouco confiáveis. Deixo aqui esta nota para que depois não se diga que funcionou tudo bem e a Câmara continua a investir em água; é preciso continuar a investir porque não está tudo resolvido.

**Sr. d. m. Délio Borges** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Este executivo camarário tem nove meses de atividade, faltam três meses para o final do ano, altura em que se poderá fazer um balanço da atividade da Câmara, e não deixa de ser interessante a análise da atividade municipal.

A Câmara está a focar todos os seus recursos em dois ou três investimentos. Olhando para o balancete das suas ações, é possível perceber que isto é o orçamento das ações dos 5 euros. Em setembro estamos com 78 ações com 5 euros de dotação inicial, em junho eram 80 e em março tínhamos 85. Senhor presidente, que explicação nos dá para esta atrofia de tesouraria que não lhe permite abrir novos espaços de investimentos para o desenvolvimento do concelho?

É do conhecimento de todos que a Câmara não esteve presente na Bolsa de Turismo de Lisboa 2018. A forma digna de se fazer representar é com um pavilhão próprio para divulgar o concelho tendo em conta que a atividade turística é cada vez mais essencial na vida empresarial dos angrenses.

A próxima BTL está marcada para 13 de março de 2019 daqui a menos de 6 meses. Está já planeada e orçamentada a presença do concelho de Angra ou uma possível parceria com a Praia da Vitória num excelente meio de promoção turística que é a Bolsa de Turismo de Lisboa?

O ano passado falámos do orçamento participativo municipal que está previsto e o senhor presidente da Câmara informou-nos que este ano estaria a preparar todos os trabalhos necessários para lançar as bases. Pergunto-lhe se esse trabalho está feito para que o nosso orçamento participativo municipal seja uma realidade em 2019.

Trago também uma questão relativa a infiltrações de água no pavilhão desportivo do Posto Santo que é muito utilizado por diversas coletividades. Gostaria de saber se o problema está identificado e quando ficará resolvido e qual a previsão para a conclusão da obra dos balneários que estão a ser construídos na Fajã do Ficher.

**Sr. presidente da Câmara** – Informo o senhor deputado que não temos nenhum problema de tesouraria porque temos à ordem cerca de 3,9 milhões de euros. O que temos é um problema de natureza orçamental que tem a ver com a aprovação da candidatura do Centro Interpretativo já aqui referida várias vezes. Enquanto a obra do Fanal está a ser feita com recurso a vários fundos e tem o seu financiamento externo assegurado, a obra da rua do Marquês está a ser executada integralmente com dinheiro da Câmara, o que nos causa alguma restrição de natureza orçamental e não de tesouraria; o balancete consta dessas folhas e o dinheiro está depositado no banco.

Temos vindo a desenvolver várias movimentações no sentido de vermos aquela obra aprovada para financiamento dos fundos comunitários mas ainda não foi possível por causa de uma negociação com a Associação de Municípios onde, provavelmente, o assunto terá que ser resolvido. A matéria está agendada para a próxima reunião da associação e tem a ver com a repartição de *plafonds*. A Câmara de Angra já executou em outras obras todos os fundos a que tinha direito nesta primeira repartição e já estamos numa segunda fase. Há apenas duas câmaras nesta situação, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, e quando chegamos à Associação de Municípios as coisas ficam difíceis porque são 2 votos em 19 e estamos numa negociação da qual se esperam bons resultados.

Temos o dinheiro necessário mas não podemos arrancar com nenhuma grande obra enquanto não resolvermos esta questão. Manteremos as coisas desta forma à espera de uma solução e não

temos qualquer problema de tesouraria conforme o senhor poderá constatar nos documentos que foram distribuídos.

Quanto à BTL, no ano anterior estivemos lá e foi um fiasco e não vale a pena para lá ir de forma amadorística com micro pavilhões perdidos no meio de uma floresta de pavilhões. Foi uma lição aprendida e no ano passado marcámos presença no pavilhão dos Açores. A matéria está a ser debatida ao nível da Associação de Municípios porque a maior parte dos municípios açorianos decidiu como nós que aquele não era o caminho. A nossa posição será concertada com os restantes municípios, em particular com os dos grupos central e ocidental, com os quais reunimos especificamente sobre essa matéria.

A Câmara de Angra resolveu voltar a aderir à ART face às alterações de fundo que aconteceram. Aquela associação inclinou-se para aquilo que achávamos que devia ser o caminho e agora temos que resolver as questões emergentes nessa alteração.

Com a autorização do senhor presidente da Mesa, passaria a palavra ao senhor vereador Guido Teles para abordar a questão dos pavilhões e posso adiantar que estamos a proceder à obra da Fajã do Ficher em colaboração com a Junta de Freguesia da Feteira. Resolvemos assumir diretamente esta última fase que vai iniciar-se dentro de dias em função da disponibilidade de quem vai fazer a obra.

**Sr. vereador Guido Teles** – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros membros do executivo, senhores deputados municipais. A obra do pavilhão do Posto Santo está dentro do prazo de garantia. A situação foi devidamente identificada por parte do município e comunicada ao empreiteiro que irá proceder à correção dos erros que resultaram da obra inicial.

**Sr. presidente da Câmara** – O caso aqui referido do pavilhão do Posto Santo está abrangido pela garantia da obra e o empreiteiro terá que resolver mas temos problemas semelhantes nas piscinas cuja obra tem mais de 20 anos, apresenta problemas de corrosão e vamos ter que fazer um investimento nos próximos anos ao nível da cobertura que não nos deve ser exclusivamente imputado; o INATEL ainda tem uma palavra a dizer e o seu presidente virá a Angra em breve para que seja possível chegar-se a uma solução.

Foram tomadas as medidas corretivas necessárias para que não haja problemas nos próximos tempos. Já investimos cerca de 200 mil euros na substituição de todo o sistema de aquecimento de água e agora temos que partir para a substituição integral da cobertura daquela infraestrutura desportiva, um investimento de grande valor. A qualidade dos materiais que lá foram aplicados há 30 anos não lhes permitiu vida longa e temos ali uma situação para resolver.

Quanto ao orçamento participativo, foram feitos vários estudos e contactadas algumas empresas e instituições que conduzem processos desses, estamos numa fase de perceber qual o melhor caminho e os custos envolvidos e tudo dependerá das propostas apresentadas pelas empresas. Não precisamos de gastar mais do que o valor que vamos disponibilizar para o orçamento participativo. É uma opção complexa e cara, estamos a trabalhar no assunto e ainda não tomámos uma posição definitiva.

**Sr. d. m. Luís Brasil** – Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos indicasse a taxa de execução orçamental desta Câmara até à data desta sessão da Assembleia. Quanto à nossa participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, a análise do senhor presidente não deixa de estar correta por se tratar de uma feira muito dispersa, mas não nos podemos esquecer que é a maior feira de turismo de Portugal que está vocacionada para o operador e destinada ao público em geral. Se, por um lado, se corre o risco de alguma falta de visibilidade pela grande quantidade de *stands* naquele certame, com a participação integrada no *stand* da região, até hoje nunca se deu prioridade à promoção do turismo cultural e de um produto chamado «Angra património

mundial» que continua em gestação há mais de 20 anos sem que dele retiremos os verdadeiros proveitos e dividendos.

É necessário programar e projetar a diferenciação da oferta porque na Terceira também temos o turismo de natureza e nada ficamos a dever às outras ilhas. Existe uniformidade na marca Açores e na promoção sem diferenciação por ilha mas nós estamos em vantagem porque temos uma cidade que é património mundial e pode projetar a vida económica desta ilha para outros níveis. É necessária uma estratégia devidamente pensada que nos diferencie exatamente por esta característica.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Trago para o senhor presidente da Câmara a minha habitual lista telefónica de questões relativas à atividade municipal e a primeira, relacionada com a obra do Fanal, foi já aqui abordada pelo meu colega Luís Brasil. Como o senhor presidente da Câmara bem sabe, sou um dos mirones assíduos daquele investimento e tenho acompanhado o desenrolar da obra. Há bem pouco tempo estava a ser betonado o esgoto que permitirá fazer descargas, sobretudo se houver falhas naquela estação elevatória, e partilho da preocupação do meu colega Luís Brasil em relação à colocação de um emissário submarino que permita efetuar as descargas mais longe para que, futuramente, não tenhamos as mesmas discussões que tivemos relativamente à Prainha.

A minha segunda questão tem a ver com a dimensão e o custo da obra em que a área de solário deveria ser um pouco maior. A proteção da orla costeira é grande mas a zona balnear poderá ficar aquém das potencialidades da própria localização, sabendo que haverá sempre algumas questões de segurança relativas àquela falésia que é composta por tufo e nunca será 100% segura. As previsões de derrocadas referidas pelo senhor presidente da Câmara não são novas e a promessa de requalificação de toda aquela zona do Fanal já vem desde 2008 porque todos os investimentos para Angra e para a ilha Terceira levam sempre o carimbo dos dez anos; é anunciado hoje e daqui a dez anos há de acontecer qualquer coisa.

Senhor presidente, os vereadores têm discutido consigo em reuniões de Câmara o cumprimento do contrato da empreitada do Centro Interpretativo, mais precisamente no que diz respeito à qualidade do betão. Sabemos que aquela construção não respeita o que foi contratado e queremos que fique hoje em ata a pergunta e a resposta do senhor presidente da Câmara quanto à qualidade da obra para que não aconteça no Centro Interpretativo o que o senhor há pouco referiu acerca da qualidade dos materiais e durabilidade da cobertura das piscinas municipais.

Estas coisas das empreitadas não têm cor política e é preciso tomar decisões. Com a problemática da falta de financiamento comunitário, já aqui referida pelo senhor presidente da Câmara, é preciso que tudo seja feito para que não se ande aqui a poupar uns trocos e se evite que o empreiteiro - ou quem quer que seja - acabe por beneficiar com o não cumprimento do contrato de construção resultando na falta de qualidade e durabilidade da obra.

Mudando de assunto, gostaria de aconselhar a mudança para outro local, das cerimónias do aniversário da cidade e da entrega de medalhas de mérito municipal porque se juntam aqui muitas famílias e convidados, o salão nobre é demasiado pequeno e torna-se desagradável também devido ao calor e a cerimónia pode realizar-se noutros espaços dignos como o Centro Cultural e de Congressos ou o Teatro Angrense.

O bosque dos dragoeiros do passeio panorâmico das baías de Angra precisa de ser regado mais frequentemente porque está a passar um mau bocado devido à falta de chuva e o sistema de rega lá montado é insuficiente.

O Diretor Regional da Cultura foi substituído e está nomeada para o cargo a professora Susana Goulart Costa, pessoa de grande categoria, diga-se. Os possíveis achados arqueológicos da ilha Terceira, particularmente no concelho de Angra do Heroísmo, não mereceram nenhum tipo de atenção e reconhecimento por parte da tutela da cultura. Sabendo-se que a Câmara Municipal

possui no seu quadro, pessoas com sensibilidade na história de arte, gostaria de saber o que pode ser feito para classificar, proteger e valorizar aquilo que poderão ser possíveis achados, tendo em conta os estudos que estão a ser feitos pelos nossos cientistas, arqueólogos e antropólogos que têm publicado muita informação a esse respeito.

**Sr. presidente da Câmara** – Não temos notícia que a estação elevatória do Fanal tenha entrado em emergência porque está bem dimensionada para a quantidade de efluente que lá chega, tem tido um desempenho impecável e possui gerador de emergência enquanto esta aqui não o pode ter. Há a possibilidade de reduzir as efluências ao Fanal, o que será feito quando se fizer a obra no Alto das Covas. Neste momento há esgoto do bairro de Santa Luzia que vai passear ao Fanal para voltar a descer a rua da Sé e pode fazê-lo diretamente. Os fluviiais do cerrado do Bailão e da avenida desaguam ali e não interessa colocar condutas mais para fora ou mais para dentro pela mesma razão que estivemos aqui a discutir. O facto de a conduta estar mais fora não vai impedir que apareça alguma coisa a flutuar. Aquela zona do Fanal tem esta restrição porque se situa a jusante de um curso de água e numa situação de chuva intensa é para ali que vão correr os bueiros da avenida.

Nesta altura está construída a quarta parte do solário do Fanal que possui um tamanho razoável. Aquela zona de banhos terá que ser agora desenvolvida em função do que vier a ser a procura e de um outro desenvolvimento que é preciso fazer-se relacionado com a possível decisão de ligação daquela zona à Silveira. Se o troço por debaixo do hotel der provas que aguenta o mar, nada impede que se prolongue aquele passeio pedonal até ao varadouro da Silveira e aí teremos que criar mais duas ou três zonas de banhos para dispersar. Está a ser feita a proteção costeira e a criação de condições de acessibilidade ao mar e a partir daí teremos que fazer mais algum trabalho de desenvolvimento nos próximos anos.

Lembro que aquela não é uma zona balnear porque, para ser considerada como tal, teria que ser integrada no POC e obedecer a um conjunto de outras características que estão legalmente definidas. Vai funcionar como zona de banhos até se ganhar experiência para se perceber qual o melhor caminho e por ser zona de banhos não tem direito a bandeira de qualquer cor. A zona será devidamente controlada e acompanhada e logo veremos de acordo com o desenvolvimento futuro.

A qualidade do betão da obra do Centro Interpretativo foi devidamente verificada pelo projetista e pelo engenheiro responsável e cumpre o que deve cumprir. Houve, de facto, uma substituição porque não era possível tecnicamente fazer um betão com aquela qualidade aqui na ilha e o projetista validou uma alteração ao projeto para a obtenção de uma classe de resistência diferente. Isto nada tem a ver com a durabilidade da obra, mas sim com a largura de uma sala do andar superior que possui um vão idêntico a este onde estamos e uma placa em betão por cima onde o projetista optou por incluir um conjunto de reforços metálicos. Se os senhores deputados pretenderem visitar a obra, basta que digam o dia para que possamos ver *in loco* o que está feito.

Talvez o senhor deputado tenha razão quanto à mudança de local da cerimónia de entrega de medalhas por altura do aniversário da cidade porque eu também não me senti nada bem aqui. Há uma tradição difícil de mudar mas teremos que pensar no assunto.

Tenho uma grande estima pelo bosque dos drageiros e se lhe acontecer alguma coisa, matarei o responsável.

A Câmara foi a única entidade que investiu na questão dos achados arqueológicos. Foram chamados aqui especialistas de várias origens e temos tido uma postura ativa e interveniente nesta matéria, inclusivamente numa proposta que foi elaborada pelo Instituto Histórico da ilha Terceira que estará a ser enviada a todos os grupos parlamentares no sentido de se legislar sobre o assunto para a criação de uma reserva arqueológica ou a figura da «Paisagem protegida» da interação entre o homem e a natureza que cai que nem uma luva. Espero a

compreensão necessária por parte dos senhores deputados da Assembleia para que o assunto seja devidamente tratado.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Agradecendo mais uma vez a tolerância do senhor presidente da Assembleia e gostaria de colocar uma questão relacionada com a lei que proíbe as câmaras municipais de procederem ao abate dos animais não adotados. Sabendo que um pertence à Câmara Municipal e o outro à Associação dos Amigos dos Animais, gostaria de saber do estado de lotação dessas infraestruturas e qual a sua capacidade para receber animais tendo em conta as campanhas de esterilização e adoção. Na altura em que debatemos o assunto, julgo que todos concordámos tratar-se de uma péssima lei irrefletida que foi criada nas costas dos municípios.

Ainda a respeito da manutenção dos equipamentos nos parques infantis do concelho e respetivas estruturas balneares, como tenho filhos pequenos, frequento alguns desses parques em várias freguesias e constato que continua a haver muito vandalismo e destruição desses equipamentos que não são rapidamente reparados. Deparo-me também com instalações balneares frequentemente fechadas no período posterior à saída das crianças das escolas e dos ATL's, sobretudo nos finais de dia no verão quando os pais as levam aos parques infantis.

A Câmara Municipal abriu uma instalação balnear perto do Relvão nas traseiras daquela casa que pertencia à Liga dos Combatentes mas não é possível percorrer com os miúdos toda aquela distância desde o barco pirata até à casa de banho sem que aconteça um desastre. Fazer aquela distância é pior do que dobrar o Cabo das Tormentas quando as crianças dizem: «tem que ser agora». No Relvão faltam instalações balneares «in sito», em Santa Luzia por vezes estão fechadas e poderia enumerar muitas outras no concelho.

Uma outra questão recorrente é a política das geminações em que, para além das lojas chinesas que são cada vez mais e maiores, não existe outro tipo de investimento estrangeiro no concelho.

Para concluir, gostaria também de um ponto da situação referente ao TERINOV e que investimentos para lá estão previstos além do laboratório de biotecnologia da universidade dos Açores e do laboratório de leites da professora Maria Dapkevicius, uma vez que nem o Secretário Regional com a tutela da ciência e tecnologia me soube responder; referiu que o NONAGON tinha cem funcionários e estava repleto de empresas e, quanto ao TERINOV, «nicles». Tendo em conta que a Câmara de Angra é uma das entidades associadas, talvez através do senhor presidente da Câmara nos seja dada alguma resposta que satisfaça os interesses do concelho.

**Sr. presidente da Câmara** – A lei dos abates de animais é péssima, felizmente entrará em vigor nos Açores apenas em 2022 e ainda temos algum tempo. Nos últimos tempos praticamente só se têm abatido animais estropeados ou com ferimentos graves em que não seja possível salvá-los e temos tido o canil sempre cheio. Há cerca de um mês tivemos 92 animais no canil da Câmara e mais de 60 no canil da associação. Houve um conjunto de adoções que permitiu reduzir cerca de uma dúzia de animais em cada um dos lados e iniciámos contactos no sentido de instalar mais algumas jaulas ao lado do canil da associação entregando-as à sua gestão. A associação possui muitos animais velhos que ninguém vai adotar porque já lá vivem há muito tempo e lá permanecerão para o resto das suas vidas.

O acordo assinado com a Ordem dos Veterinários veio melhorar o funcionamento deste sistema mas temos um conjunto de desafios pela frente. A política de esterilizações para evitar que os animais cheguem ao canil é a que melhor serve apesar do seu enorme custo, mas a verdade é que não há canil que chegue se não houver uma restrição à entrada de animais.

A Associação dos Amigos dos Animais vai assumir uma responsabilidade mais alargada com mais animais, os não adotáveis transitarão para esse espaço e vamos concentrar-nos naqueles que têm um período de rotação mais curto. Basicamente, estamos a criar uma unidade de cuidados continuados que nos sai muito cara.

Em resposta à outra questão do senhor deputado, temos uma equipa que se dedica à manutenção dos equipamentos infantis mas não consegue dar conta do recado nalguns períodos do ano porque por vezes temos pessoal de férias e temos que fechar mais cedo, o vandalismo é uma coisa atroz e temos um reporte diário de coisas partidas. Alguns desses parques são geridos pelas juntas de freguesia e todos procuramos fazer o melhor possível.

No Relvão tínhamos a funcionar uma casa de banho num espaço um pouco esconso na escadaria lá em baixo que, além de ficar mais longe, era de má qualidade e deixava muito a desejar do ponto de vista higiénico. Agora temos casas de banho novas e adequadas num local de melhor acessibilidade mas continuam um bocadinho longe. O assunto não está esquecido e eventualmente teremos que mudar as casas de banho para o lado do tanque do azeite.

As geminações não são propriamente uma iniciativa económica, embora tenha havido muita troca de informações e sobre isso não lhe posso dizer mais. Uma parte do TERINOV - cujo diretor se encontra ali sentado - já está a funcionar, a outra começará em breve e um outro setor foi entregue a um controlo espacial que estará em funcionamento dentro de alguns meses. O diretor da estrutura vai ser nomeado dentro de pouco tempo e a comissão de instalação, da qual eu faço parte, está neste momento a cessar funções. Será aberto o concurso para a instalação de empresas, o que espero que aconteça nas próximas semanas. Neste momento há três grandes estruturas confirmadas que servirão de âncora e as coisas correram manifestamente bem.

**Sr. d. m. Luís Costa** – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restante vereação, caros colegas deputados e público em geral. Gostaria de perguntar ao senhor presidente da Câmara se tenciona visitar as zonas balneares e se pensa convidar os presidentes de junta para que fiquem a par dos problemas.

Há vários anos que me tenho debatido junto das entidades competentes e nunca foi encontrada uma solução para os problemas de roubos e droga que acontecem um pouco por todo o lado e ultimamente se têm acentuado também na freguesia de S. Bartolomeu. Os presidentes das juntas de freguesia tentam junto das diversas entidades encontrar soluções para este tipo de situações que são complexas e muito preocupantes e ocorrem nos seus espaços geográficos. A verdade é que nada se resolve, por isso peço à Câmara Municipal na pessoa do senhor presidente que interceda junto da PSP ou da GNR porque a freguesia de S. Bartolomeu precisa de mais policiamento, principalmente nesta altura em que estas situações têm acontecido de forma mais acentuada.

Senhor presidente da Câmara, o gato escaldado tem medo de água fria. Acontece que ainda não começaram a obra na Ladeira da Ruida que, como já referi nesta Assembleia, está em péssimo estado e é o pior troço do concelho de Angra. Não foram sequer enviadas para lá máquinas, não fizeram nada e eu gostaria de saber para quando se prevê o arranque da obra.

**Sr. presidente da Câmara** – A sua primeira questão é uma preocupação de todos nós. Tenho conhecimento desses problemas e lembro que o Conselho Municipal de Segurança, em que esta Assembleia tem membros lá presentes, é específico para esses assuntos que foram falados na última reunião. Espero que sejam de novo abordados com a presença da PSP e de todas as outras entidades responsáveis e convido-o a participar nessa reunião para apresentar o assunto como já o fez muito bem no passado.

A obra da Ladeira da Ruida foi adjudicada há bastante tempo e está consignada. Diz-me a senhora presidente dos Serviços Municipalizados que a mesma está a começar e vamos lá os dois cortar a fita da primeira cavadela. Aproveito para dizer o mesmo a respeito do Raminho que está nesse pacotinho e onde esperamos também cortar a fita em breve.

**Sra. d. m. Elsa Costa** – Boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caríssimos colegas deputados, público em geral. Quero



enaltecer a presença dos cidadãos que tiveram a coragem de vir aqui manifestar as suas preocupações.

Acho graça que o senhor presidente da Câmara queira oferecer recipientes de lixo à associação Portos dos Açores quando o seu município anda sujo no pico turístico do verão. Se percorrer o seu concelho de uma ponta à outra verá que os contentores do lixo se encontram constantemente cheios a transbordar e a exalar maus cheiros, se bem que sabemos que as coisas correm um pouco melhor numa ou noutra freguesia e podemos verificar também algumas exceções na rua da Sé, na rua Direita e na rua de S. João.

Ao serem virados na altura da recolha do lixo, os contentores deixam uma mancha de resíduos que depois são levados pelo vento. O mesmo se passa com o lixo indiferenciado. Se o recipiente estiver a meio seguem viagem e não fazem a recolha. Não estou aqui a mentir; isto é verdade porque houve quem visse. Quando a carrinha dos ecopontos avariou a recolha foi feita pelo carro dos monos.

Queremos saber o que anda aqui a falhar. Hoje veio aqui uma cidadã manifestar a sua preocupação em relação aos resíduos, Santa Luzia recebeu o prémio da freguesia mais limpa, e tem havido queixas dos moradores junto ao parque que está constantemente cheio. Eu conheço as pessoas que lá vão fazer queixa. Recebemos informações de que a empresa que faz a recolha do plástico não anda contente com a sua prestação e queremos saber se esta vai continuar.

Um problema que vem sendo empurrado ano após ano é o estacionamento na Silveira. São muitas as pessoas que para ali vão tomar banho e todos os buraquinhos servem para estacionar o carro na via e em cima dos passeios. O assunto já foi debatido por mais do que uma vez nesta Assembleia em que se falou na possibilidade da celebração de um protocolo com a universidade dos Açores para a utilização do seu espaço para estacionamento e a construção de uma ligação pedonal à Silveira. Visto que o verão está a acabar e é altura de começar obras, gostaria de saber se o senhor presidente da Câmara tem esta hipótese em consideração.

**Sr. presidente da Câmara** – Foi, de facto, feito um acordo tripartido a respeito do estacionamento na Silveira. A universidade dos Açores não se importa de ceder os terrenos mas a decisão cabe ao Governo Regional que está a planear incluir a obra nos seus investimentos. A Câmara não investe nas estradas regionais assim como o Governo Regional não o faz nas estradas municipais. O projeto já foi apresentado e sofreu uma segunda alteração e esperemos que algum dia saia das intenções.

A serralharia do Outeiro tem tido alguns problemas que não têm a ver com o seu desempenho porque continua a funcionar bem, mas sim com o mercado chinês e a proibição da importação de plásticos. A empresa tem um grande *stock* de plásticos mas não tem quem os compre devido à gestão internacional dos mercados de recicláveis. O mesmo não acontece com os outros plásticos por causa do mecanismo do Ponto Verde. A empresa está a tentar resolver a situação e nós queremos colaborar mas não se trata de um problema municipal.

**Sra. vereadora Raquel Ferreira** – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia, caros membros do executivo, senhoras e senhores deputados. Faço minhas as palavras do senhor presidente quando diz que estamos sempre disponíveis e os nossos contactos são conhecidos.

Este verão fiz um esforço e percorri os circuitos de recolha com todas as equipas durante 15 dias. Quanto ao facto de os contentores cheirarem mal, infelizmente isso acontece e por vezes encontram-se cheios, mas apenas em algumas situações em que as pessoas aproveitam para fazerem as suas limpezas nos feriados ou por altura das festas de freguesia. Nesses casos vamos articulando com as juntas de freguesia que se mostram sempre disponíveis para colaborar connosco. A falta de acondicionamento nos contentores faz com que acabe por cair sempre alguma coisa ao serem despejados, algo que se torna difícil de contornar.

Adquirimos uma viatura para limpeza dos contentores que se encontra a funcionar. A viatura dos SMAH's para recolha dos ecopontos esteve avariada no mês de agosto no pico do verão e é difícil conseguir peças de substituição mas resolvemos a situação no espaço de uma semana... Agradeço que não faça troça enquanto estou a responder-lhe. Quando se encontrar numa situação de gestão operacional verá que não é fácil e posso dar-lhe um exemplo: encomendei uma peça para a minha viatura no dia 15 de agosto que só me chegou a semana passada e com estes camiões acontece a mesma coisa. Fizemos um esforço e tivemos que desdobrar as equipas para que pudéssemos fazer a recolha dos «monstros» e dos ecopontos com a mesma viatura uma vez que a outra estava imobilizada.

**Sra. d. m. Sónia Pimentel** – Boa tarde senhor presidente da Mesa e restantes membros, senhor presidente da Câmara e vereação, colegas deputados e público aqui presente. Em primeiro lugar quero congratular-me pelo facto de termos já um comandante na nossa associação humanitária de bombeiros voluntários mas, ao observar o balancete do plano e orçamento, verifico que ainda não está contemplada qualquer verba para a remodelação do quartel dos bombeiros voluntários dos Altares. Gostaria que o senhor presidente da Câmara me fizesse o ponto da situação relativamente ao início da obra e manifesto a preocupação da zona norte da ilha e dos profissionais voluntários que trabalham naquela casa. Sim, sou altarense e familiar de um bombeiro, talvez por isso sinta ainda mais estas preocupações.

**Sr. presidente da Câmara** – Essa é uma questão que também me interessa muito por razões óbvias. A obra está adjudicada e estamos à espera de uma reunião tripartida com o senhor secretário regional para fazermos a repartição de encargos e procedermos ao reforço porque temos a reserva orçamental para isso mas ainda não está definido o que cada um vai pagar.

**Sra. d. m. Brites Baldaia** – Não pondo em causa a qualidade do serviço prestado pelos SMAH's, o facto de a senhora vereadora possuir esta pasta dá-nos a possibilidade de apresentar as queixas diretamente à pessoa certa e a minha questão está relacionada com a colocação dos ecopontos. Pelo facto de cá vivermos, por vezes não prestamos atenção ao óbvio que estamos habituados a ver no nosso dia a dia.

Na semana passada tive cá um grupo de gente de fora que considerou a nossa cidade incrível e a ilha Terceira uma terra fantástica, mas chamaram-me à atenção para o facto de os ecopontos estarem situados no meio de um largo quando, supostamente, deveriam estar mais escondidos porque dão mau aspeto, sobretudo quando estão cheios. Comecei a prestar mais atenção a isso e na verdade a situação é flagrante. No caminho para casa ao subir ali em S. Carlos, vi que os ecopontos estão no meio de um largo entre o passeio e uma casa e o mesmo se passa mais acima. Tenho visto que noutras paragens se opta por soluções mais estéticas que disfarçam um pouco os ecopontos com umas trepadeiras numas pérgulas e por cá podia fazer-se algo semelhante.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Há pouco, no meu rol de questões, esqueci-me de referir que o Monte Brasil é um lugar único com o seu património histórico militar, arqueológico e florestal, está próximo da cidade e possui imensas potencialidades para a realização de diversas atividades mas, quem lá se desloque, não tem um único local onde possa sequer comprar uma garrafa de água.

Dentro das suas competências ou das áreas que tutela e por ser a entidade mais próxima das populações, a Câmara Municipal deveria instalar no Monte Brasil um conjunto de serviços de apoio para os inúmeros locais ou para os turistas que ali passam dias inteiros a caminhar e a explorar.

Há tantos quiosques menos necessários em tantos locais por aí e se calhar estará na altura de se começar a estudar o tipo de equipamentos que poderão ser ali montados e desmontados de acordo com a época do ano para que as pessoas possam tomar uma bebida fresca ou sentar-se

num qualquer local para descansar e comer qualquer coisa. Tomaram os outros municípios possuírem um Monte Brasil assim para o poderem colocar ao serviço da população.

**Sr. presidente da Câmara** – Essa ideia já me ocorreu, várias pessoas me falaram nisso e poderá haver uma solução. Houve uma tentativa de criar um estabelecimento no tanque do azeite que, infelizmente não teve sucesso, mas existe a possibilidade de se criar um estabelecimento lá em cima. O Monte Brasil é tripartido, as três entidades encontram-se com frequência e é possível resolver o assunto.

Temos tido algumas dificuldades no que diz respeito a alguns tipos de instalações porque se prefere investir em zonas mais frequentadas e ninguém gosta de ir para lugares isolados. Não temos condições nem devemos entrar diretamente no negócio da venda de bebidas mas, se houver alguém interessado, havemos de falar.

**Sra. d. m. Elsa Costa** – Sei que a questão do lixo é sensível mas o problema não é de agora; já houve fotografias a circular nesta Assembleia, algumas de Santa Luzia, e não estávamos no verão. Quem subir a Silveira para o QB no Caminho do Meio de S. Carlos onde muitos lá vão almoçar e jantar, pode constatar que aqueles contentores estão quase sempre cheios e cheiram mal. Posso tirar fotografias porque moro ali. Disseram-nos que não era possível mudá-los de sítio mas aquilo fica feio; estão no meio de um passeio e a situação é fácil de organizar e resolver. Pode haver um ou outro caso de uma freguesia que não tenha problemas com o lixo mas basta assumir e melhorar.

**Sr. presidente da Câmara** – A senhora vereadora já respondeu a essa questão. Apenas posso reafirmar que a nossa vontade é que os lixos estejam o mais arrumados possível e sempre que se deteta algum local onde seja possível melhorar a posição do contentor, é isso que fazemos. Estamos disponíveis para vermos isso com os senhores presidentes de junta que estão aqui presentes mas, se assunto fosse simples de resolver, isso já teria acontecido.

Há questões que não são fáceis de resolver no que toca à colocação de contentores por causa dos moradores ou proprietários dos prédios confinantes que não os querem ao pé porque acham que alguém pode subir por eles e saltar o muro ou outras situações do género. Não vá achar que a Câmara tem uma espetacular má vontade e quer pôr os contentores do lixo em sítios onde toda a gente tropece. Quanto ao seu esvaziamento, está a decorrer um concurso público para melhorar a recolha dos recicláveis, vai iniciar-se provavelmente no dia 1 de janeiro um novo sistema de recolha e estamos a fazer todos os possíveis para que as coisas melhorem.

A perfeição não existe mas a verdade é que toda a gente que por aqui passa tem dito sempre que não há muitos concelhos tão limpos quanto o nosso e não vale a pena estarmos aqui a disparar para os nossos próprios pés. Há dificuldades mas há também a vontade de melhorar e garanto que, todos os casos que me assinalar, irei ao local no próprio dia.

*Não se registaram mais intervenções. A informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada.*

### **1.2 - Primeiro acordo modificativo do contrato de exploração de solo para a instalação de parquímetros na cidade de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea p), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Esta é a primeira alteração ao acordo modificativo que tem a ver com algo que aconteceu há muito tempo. Como sabem, perante o acordo inicial, a empresa dos parquímetros utilizava os funcionários municipais, quer para o seu atendimento que era feito aqui no rés do chão pelos nossos serviços, quer para a fiscalização, o que não era bom para a Câmara porque não faz sentido estarmos a trabalhar por conta de quem fica com o dinheiro. Foi feito um acordo para se acabar com isso e após algum tempo acabámos por acertar no respetivo valor que resolve os problemas da parte do município e até ficámos a ganhar alguma coisa

porque gastávamos cerca de cinco mil euros e vamos gastar um bocadinho menos. Passámos para papel aquilo que já aconteceu há vários anos que é o fim da utilização de funcionários municipais ao serviço de uma empresa.

**Sr. d. m. Luís Brasil** – Ficou aqui registado na sessão da Assembleia Municipal de fevereiro deste ano que o grupo municipal do PSD tinha visitado no mês de janeiro o quartel dos bombeiros dos Altares e recolhido algumas informações. Nessa mesma sessão, o senhor presidente da junta de freguesia dos Altares informou que a obra estava já adjudicada a uma empresa de construção civil. Ficou aqui a impressão de que a Câmara, na altura em que fosse feito o rateio da conta de gerência a partir do mês de abril, teria a hipótese de disponibilizar uns trezentos e tal mil euros e que a obra dos Altares seria iniciada.

Gostaria também de saber porque é que a compensação mensal para a Câmara, da empresa dos parquímetros, é de apenas quinze mil euros.

**Sr. presidente da Câmara** – Quanto à obra das instalações dos bombeiros dos Altares, a vontade existe, o dinheiro está disponível e apenas temos que saber quem paga o quê. À semelhança do que aconteceu em todos os quartéis de bombeiros dos Açores, a Câmara gostaria que houvesse também para este uma participação efetiva do Governo Regional. Estamos a tentar obter essa participação financeira mas, caso se gorem as negociações em curso e isso não venha a acontecer, a Câmara avançará sozinha assegurando a construção, o que não me parece uma boa gestão dos fundos municipais porque nos estaremos a substituir ao Governo Regional.

Quanto à questão seguinte, o valor é ao contrário porque foi feito um concurso público que fixou o valor total incluindo os serviços prestados pela Câmara. A avaliação que foi feita referia-se ao que a Câmara pagava em ordenados de funcionários que trabalhavam para a empresa de parquímetros e esse valor foi deduzido no valor total que foi fixado no concurso feito há muitos anos. Na minha opinião a Câmara não estava a ser devidamente compensada desde o início mas esse valor foi fixado por dez anos com início em 2011 e estará em vigor até 2021.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Fomos alertados pelo senhor presidente da Câmara em assembleias anteriores a respeito dos pedidos de indemnização por perda de receitas por parte da empresa sempre que a Câmara fazia uma alteração ou suspendia o trânsito nas ruas da cidade com estacionamento tarifado. Julgo que agora esta situação ficará devidamente acautelada mas gostaria de saber quando termina o contrato para que o mesmo possa ser renegociado com esta ou com outra qualquer empresa para que algumas zonas deixem de ser tarifadas e deixemos de ter estes comandos militares que perseguem os munícipes numa caça frenética à multa em que às vezes nem esperam que os condutores se desloquem a um qualquer estabelecimento comercial para trocarem uma nota em moedas para inserir nos parquímetros.

**Sr. presidente da Câmara** – Essa é também uma preocupação minha e nunca escondi a esta casa o meu desagrado com o contrato existente que terminará em fevereiro de 2021. Apenas temos que informar no ano anterior que não renovaremos - fica já aqui a informação - e temos depois que iniciar um processo de debate sobre o lançamento de um novo concurso, o que acontecerá o mais tardar daqui por um ano. Estou plenamente de acordo com a retirada de áreas de estacionamento tarifado porque se concessionou tudo por aí acima e só nos faltou o Pico da Bagacina.

*Terminadas as intervenções, o acordo modificativo constante do Ponto 1.2 foi aprovado por maioria com 29 votos a favor (24 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 8 abstenções (7 do PSD e 1 do CDS-PP).*

**1.3 - Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados, tendo em vista a introdução de um posto de trabalho (Técnico Superior para a Unidade de Águas). Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – O que está aqui em causa é a transformação de uma vaga do respetivo mapa de pessoal que está a funcionar desde há algum tempo em regime de substituição. Os Serviços Municipalizados têm um engenheiro civil especializado na área de hidráulica, é o único que lá presta serviço e gostaríamos de o manter definitivamente.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Por uma questão legal, essas alterações devem ser apresentadas à Assembleia Municipal e o grupo municipal do PSD vai abster-se como tem feito em relação a quaisquer alterações ao mapa de pessoal da Câmara da Municipal, que é quem tem a capacidade de gerir a sua contratação de recursos, e por se tratar de uma competência que não conseguimos exercer com total conhecimento de causa. Por acaso conheço a pessoa, sei que é a única que possui o currículo adequado para exercer essas funções e ainda bem para a Câmara.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (24 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 8 abstenções (7 do PSD e 1 do CDS-PP).*

**1.4 - Listagem para nomeação dos Juizes Sociais do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos dos artigos 33.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78 de 30 de junho.**

**Sr. presidente da Câmara** – Creio que nada temos a opor e damos a nossa total adesão à proposta porque a Câmara tem uma propositura que ficará assim sanada.

*O documento foi aprovado por maioria com 27 votos a favor (18 do PS, 7 do PSD, 1 do CDS-PP e 1 da d. m. independente) e 2 abstenções do Partido Social Democrata com a inclusão de quatro novos nomes propostos pelo Partido Socialista.*

- Da Irmandade de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Livramento, os psicólogos coordenadores:
  - *Rúben Correia Saúde.*
  - *Cristina Alexandra Dias da Luz.*
- Da Creche e Jardim de Infância «A Joaninha», as educadoras de infância:
  - *Maria Manuela Félix Bettencourt da Silva.*
  - *Natacha Machado.*

*Interrupção dos trabalhos para almoço, cujo reinício ocorreu às 14H35M.*

**1.5 - Contrato de delegação na TERAMB, EM, da gestão dos resíduos de embalagem produzidos no município e cuja responsabilidade seja atribuída ao MAH. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A de 16 de novembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Este ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por esta Assembleia na sua última sessão mas nele constava que os Serviços Municipalizados estavam a delegar na TERAMB. A entidade reguladora entende que os SMAH's têm competência delegada e não de subdelegação e deve ser o detentor originário da competência a delegar. Onde antes se lia «Serviços Municipalizados» lê-se agora «Município de Angra do Heroísmo».

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, o contrato constante do Ponto 1.5 foi aprovado por maioria com 24 votos a favor (19 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 8 abstenções (7 do PSD e 1 do CDS-PP).*

**1.6 - Relatório de Gestão e Contas da TERAMB, EM relativo ao primeiro trimestre de 2018. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

**1.7 - Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

**1.8 - Primeira Revisão ao Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

**1.9 - Tarifário da TERAMB, EM para o ano 2018. Para conhecimento do órgão deliberativo.**

**Sra. vereadora Raquel Ferreira.** – No primeiro trimestre verificou-se um aumento de 10% nos resíduos rececionados na TERAMB, tendo sido incineradas cerca de 10 toneladas, e verificou-se um aumento de 24% na produção de energia relativamente ao período homólogo. Foi feita uma paragem programada em março e a próxima está agendada para o período entre 3 e 23 de outubro.

O ano passado a TERAMB esteve parada durante quase quatro meses devido a várias avarias, este ano tem estado a funcionar em pleno e foram incineradas 1 400 toneladas de resíduos removidos das bolsas do aterro, reduzindo-se assim o passivo ambiental. O plano de Atividades e Orçamento de 2018 da TERAMB segue as mesmas linhas orientadoras do que tem sido aprovado em Assembleia.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – As questões relacionadas com a Central de Valorização Energética, vulgo incineradora, têm preocupado todas as bancadas aqui presentes. A opção de tratamento de resíduos no concelho de Angra não teve a polémica e as vicissitudes de outras paragens, por isso temos uma incineradora e os outros ainda não resolveram os seus problemas, mas também somos obrigados a uma maior responsabilidade.

Os partidos da oposição têm a necessidade de acompanhar todo o processo e colocar questões para que possamos assegurar a nossa corresponsabilização devido ao nosso voto favorável em todas as fases do processo. Neste momento estamos a receber resíduos de Santa Maria, que não deveriam ser enviados para cá, e não os recebemos de outras ilhas como o Faial e o Pico, por exemplo.

Precisamos de saber em que fase estamos em termos de garantia do projeto de conceção/construção na eventualidade de avarias como as que aconteceram o ano passado e levaram a alguns diferendos entre a Câmara Municipal e o empreiteiro, quais os pontos francos e possíveis avarias mais frequentes devido às circunstâncias de funcionamento daquela unidade industrial e de que forma a energia pode ser colocada ao serviço da população.

Relembro que, por força da atual legislação e da entidade reguladora dos serviços energéticos, a Câmara está obrigada a praticar um tarifário e um conjunto de procedimentos e não pode utilizar a energia que produz para reduzir os seus próprios custos em iluminação pública.

Tendo em conta que o ano passado a incineradora quase fez bolos devido a um pequeno acidente de percurso, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos dissesse se nos devemos preocupar com a Central de Valorização Energética da ilha Terceira e quais os seus pontos fortes e fracos, tendo em conta um conjunto de polémicas e dúvidas quanto ao processo da incineração nos lugares onde a mesma se pratica e, sobretudo, também devido à possível construção de uma unidade idêntica em maior escala na ilha de S. Miguel.

**Sr. presidente da Câmara** – Estes últimos meses desde a última paragem foram exemplares. Desde o trabalho de manutenção que coincidiu com o fim da garantia das partes móveis, a CVE não teve mais nenhuma avaria. Há uma paragem programada para o mês de outubro em que se vai fazer uma revisão das partes que não são visitáveis durante a normal operação. Até agora as coisas funcionaram perfeitamente com uma produtividade térmica e elétrica superior à contratualmente fixada e estamos com um resultado positivo. Chegámos a deslastrar a cerca de 40% e agora andamos abaixo dos 10% desde que a geotermia entrou em funcionamento, razão pela qual estávamos com 154 mil euros positivos no fim do primeiro semestre.

Continuamos a ter alguns problemas de instabilidade particularmente em dias de mau tempo devido a um problema com génese no seguro da turbina porque a empresa exige um determinado tipo de proteções extraordinariamente exigentes, mais do que é permitido pelo funcionamento da rede da ilha Terceira. De vez em quando há instabilidade na rede, que seria aceitável para a turbina que se desliga automaticamente porque o seguro a isso obriga, mas trata-se de um problema menor.

Do ponto de vista da utilização de resíduos das bolsas, as coisas também correram muito bem porque tivemos um verão seco o que nos permitiu retirar material mais enxuto e tivemos mais dias de trabalho no exterior.

Quanto à afluência de resíduos provenientes de outras ilhas, entrou em linha a ilha do Faial que passou a enviar para cá resíduos. Existe a possibilidade de virem para cá os resíduos de plástico agrícola que deixaram de ter mercado mas isso depende de uma decisão governamental. Manifestámos a nossa disponibilidade para sermos parte da solução mas cabe ao Governo Regional decidir o que fazer.

O relacionamento com a ilha de S. Miguel é uma questão importante que devemos ter em atenção. Já o disse nesta casa e reafirmo que não temos uma incineradora dimensionada para receber os resíduos daquela ilha, a não ser que lá seja construída uma instalação de triagem e pré tratamento e igual estrutura seja construída na ilha Terceira. Se reduzirmos os resíduos a 1/3 de lá e de cá poderemos chegar perto das 60 mil toneladas/ano tratadas ali sem grandes dificuldades mas tudo isso implicaria um investimento na casa dos 5 milhões de euros na ilha Terceira e cerca de 20 ou 30 milhões na ilha de S. Miguel. Se isso se vier a concretizar, a nossa incineradora poderá resolver os incineráveis de todas as ilhas.

A quantidade de resíduos que entram na incineradora tem vindo a diminuir na exata proporção da melhoria do sistema de recolha seletiva. Com o contrato para o qual aprovámos há pouco aquele documento haverá provavelmente uma grande melhoria na recolha seletiva porque os ganhos da empresa que vencer o concurso vão depender das quantidades que eles retirarem à cabeça, por isso a empresa terá interesse em se aplicar.

Esta alteração que se fez na periferia da cidade resultou num aumento muito significativo dos recicláveis, muito mais do que teoricamente se pensaria. O facto de as pessoas não quererem guardar os resíduos em casa tem um peso muito grande e a verdade é que as zonas onde foram colocados ecopontos quase duplicou a quantidade de recicláveis recolhidos porque as pessoas metem o que querem no dia em que passa o lixo.

Creio que a Praia da Vitória também fará uma operação paralela a essa, o que redundará obviamente numa redução dos resíduos entrados. Lembro que temos capacidade para receber resíduos de outras ilhas desde que venham pré tratados.

No que respeita aos prejuízos do ano passado, o município já pagou a parte que lhe competia e foi ressarcido do valor que lhe era devido. Na verdade tivemos um prejuízo na casa dos 11 mil euros que é a diferença entre o que entrou e o que saiu. Diria que a TERAMB está bem e recomenda-se, poderá haver alguma coisa que a gente ainda não saiba mas daqui por um mês já saberemos logo que sejam feitas as inspeções durante a paragem técnica de outubro.

**Sr. d. m. Luís Brasil** – De facto, o que tem sido previsto ao nível das despesas correntes, custo das mercadorias vendidas e consumidas e gastos com pessoal tem sido inferior em relação às previsões mas a TERAMB contraiu um empréstimo de 5 milhões de euros em 2013, em outubro de 2016 ainda devia 2 milhões e duzentos mil euros e a dívida foi agendada para ser paga em 11 anos. Tendo em conta os bons resultados líquidos e operacionais e a saúde financeira da TERAMB, pergunto se não seria possível negociar e reduzir o prazo de pagamento da dívida beneficiando assim da flutuação da taxa de juro prevista para estas situações.

**Sr. presidente da Câmara** – Creio que não devemos julgar uma instalação com uma operação tão complexa apenas pelos resultados de um ano. Talvez seja melhor alguma cautela e esperar para ver como as coisas evoluem porque o serviço da dívida não é nada de muito grave. Se tivéssemos os resíduos de S. Miguel a entrar aqui devidamente pré tratados a nossa produtividade elétrica subiria a um ponto que pagaríamos essa dívida em apenas dois anos.

Devemos manter a prudência necessária e não vale a pena irmos a correr pagar uma dívida que não nos é demasiado onerosa. Estavam previstos resultados negativos nos primeiros cinco anos de funcionamento da incineradora, esse tempo ainda não passou e as coisas estão a correr bem mas não sei se posso dizer o mesmo daqui a um mês por altura da paragem programada. Imaginemos que, ao abrirmos o forno, encontramos o refratário estragado ou outro problema do género? Não há razões para entrarmos em euforias porque isto é demasiado complexo e deve ser muito bem acompanhado ano a ano, semestre a semestre.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – Tendo em conta a opinião pública micaelense, poderá ser real a construção dos centros de triagem e tratamento prévio dos resíduos quer em S. Miguel, quer na Terceira, e a possibilidade de se concentrar aqui a valorização energética dos mesmos, não construindo eventualmente uma incineradora em S. Miguel. Tendo em conta as preocupações e outros passivos ambientais que a Terceira já tem e não vale a pena voltar a referir, haverá a possibilidade de, perante a opinião pública, serem concentrados na nossa ilha todos os resíduos provenientes de todas as ilhas dos Açores sabendo-se da nossa sensibilidade para com as questões ambientais?

Como referiu o senhor presidente da Câmara, o verão seco permitiu fazer ao ar livre a mineração e crivagem dos lixos das bolsas mais antigas dos aterros. De vez em quando passo por ali, nem que seja para bisbilhotar, e pude constatar que a quantidade de plásticos e outros resíduos espalhados por toda a envolvente do perímetro do aterro sanitário é preocupante; aquilo está muito sujo, senhor presidente!

Para quando a criação de uma instalação para que as operações de crivagem inerentes à mineração ocorram em espaço *in door* e se evite que o vento e as gaivotas continuem a espalhar os resíduos e os maus cheiros pela zona industrial circundante e por aquela área de exploração agrícola?

Não sei se o senhor presidente da Câmara está a par dos problemas que houve com o operador de resíduos que explora os centros de processamento de S. Jorge e da Graciosa que é diferente dos restantes operadores da região. O grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional teve a oportunidade de o visitar e deparou-se com um cenário verdadeiramente caótico. Os centros de processamento de resíduos estão quase destruídos e não houve nenhum cuidado com a conservação dos armazéns, dos equipamentos, dos sistemas de ventilação ou com coisa alguma.

Não sei se houve alguma fiscalização mas acontece que os resíduos dessas duas ilhas acumularam-se em armazém. Há ali um problema de resíduos não triados ou tratados que, numa fase de emergência, poderão ter que ser exportados tal como estão para incineração direta na ilha Terceira. Gostaria de saber se estamos preparados para tal e quais os impactos, tendo em conta que o enquadramento atual está completamente fora do que foi o enquadramento do então



Secretário Regional com a tutela do ambiente, Álamo de Meneses, na altura da elaboração do Plano Estratégico de Gestão e Prevenção de Resíduos na região autónoma dos Açores. Veremos como o atual Álamo de Meneses, presidente da Câmara, vai vestir o fatinho que o alfaiate Álamo de Meneses desenhou como Secretário Regional.

**Sr. presidente da Câmara** – Fico feliz em relação ao fatinho porque isso seria positivo do ponto de vista da TERAMB e sinal de euros a entrarem pela nossa porta. Por vezes a desgraça de uns é boa para outros, embora não fique feliz pelo facto de as coisas terem corrido mal nas outras ilhas.

É bom colocar isto no lugar certo e que fique bem claro. Quando viajamos pela Europa ambientalmente mais exigente, o que vemos são instalações semelhantes à nossa nos centros das cidades e esta continua a ser a melhor solução para tratar os resíduos e gerar energia. Às vezes a ignorância deste ou daquele diz o contrário mas devemos ter a coragem de afirmar as nossas convicções. A nossa solução está absolutamente correta e a desgraça do outro lado com a vinda dos resíduos destas duas ilhas só pode beneficiar as contas da TERAMB.

Há, de facto, um problema de opinião pública em S. Miguel que acha que o investimento de 90 milhões tem que ser lá feito mas é um problema político daquela ilha que não me diz respeito. Da nossa parte, com a ressalva que os resíduos têm que ser pré tratados, estamos em condições de resolver o assunto desde que se faça um investimento paralelo na ilha Terceira de forma a gerar espaço no sistema porque a quantidade de gases produzidos continuará a mesma.

Isto leva-me à questão da mineração. Ao colocarmos mais resíduos na incineradora teremos menos capacidade de tratar o passivo ambiental. Tenho andado muito por ali e a maioria dos resíduos que estão cá fora devem-se à selvajaria de alguns. Apesar de termos criado um ecoponto gigante à entrada que está aberto ao público sem qualquer controlo em que qualquer pessoa lá pode despejar o que bem entender, há sempre umas tantas cabeças que acham melhor despejar o lixo na canada de trás.

Ainda recentemente teve que se fazer uma limpeza e aquilo não acontece apenas ali; temos gente a despejar lixo em canadas quanto existe um ecoponto aberto, perfeitamente legal e pronto para receber os resíduos sem que ninguém tenha sequer que se identificar. Nem sei o que devemos chamar a alguém que despeja o lixo no lado de fora.

Quanto aos resíduos no interior, temos um problema muito grave na parte virada para o restaurante da Néné que tem a ver com a lixeira dos anos 90. Aquilo não é aterro, é lixeira, porque está tudo misturado e temos vindo a limpar mas temos que fazer por muitos e muitos anos.

Como já foi referido, se a CVE funcionasse apenas com os resíduos da lixeira, teria trabalho até ao final da sua vida útil. Está prevista a construção de um hangar para que seja possível fazer as operações de triagem em espaço coberto, um investimento razoavelmente grande logo que haja condições financeiras para tal. Além do problema do vento, é um trabalho muito difícil e duro, quem o faz precisa de proteção quando o tempo está muito mau e é preciso interromper as operações com grandes inconvenientes para o funcionamento do sistema.

**Sr. d. m. Luís Brasil** – Apenas para perguntar ao senhor presidente se a Câmara Municipal da Praia da Vitória está a assumir os seus compromissos financeiros para com a TERAMB.

**Sr. presidente da Câmara** – Desde o ano passado passaram a cumprir com as suas obrigações com uma questão legal ainda por resolver que é a cobertura dos prejuízos do ano passado. O prazo decorre até ao fim do ano e nessa altura terá que ficar resolvido mas trata-se de um assunto entre a Câmara da Praia e a DGAL e não temos nada a ver com isso.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** – O que acontece se a Câmara Municipal da Praia da Vitória não tiver capacidade para honrar os seus compromissos para com a TERAMB, da qual é associada...?

**Sr. presidente da Câmara** – Não devia responder a isso e devo depor aqui alguma prudência porque não é assunto que diga respeito à Câmara de Angra e não devemos falar dos vizinhos. O único problema é que as dívidas da TERAMB passariam a contar como dívida da Câmara da Praia que, de acordo com o que está previsto na lei, aumentaria o seu endividamento. Todo o acumulado, incluindo 40% dos 2,3 milhões de euros, consolida com a dívida mas o assunto não diz respeito a esta Assembleia.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos constantes dos Pontos 1.6, 1.7, 1.8 e 1.9.*

**1.10 - Contrato Programa entre os municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória e a TERAMB, EM. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 5 de artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.**

**Sr. presidente da Câmara** – Este documento é aqui apresentado pela segunda vez. Como continha assuntos para conhecimento e para aprovação da Assembleia, indicava que era apenas para conhecimento quando deveria ter sido aqui presente para aprovação. Estamos assim a submeter rigorosamente o mesmo documento que foi apresentado na sessão anterior visto que constava na ata que era apenas para conhecimento.

*Terminadas as intervenções e posto à votação, o Contrato Programa constante do Ponto 1.10 foi aprovado por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).*

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.*

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 15h20m do dia 21 de setembro de 2018, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.*

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1ª Secretário**

---

**Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos**